



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
Gabinete da Ministra

OFÍCIO SEI Nº 3773/2023/MPI

Brasília, 16 de novembro de 2023.

Ao Senhor

LUCIANO BIVAR

Deputado Federal

Câmara dos Deputados

Gabinete 448 - Anexo IV - Câmara dos Deputados

70160-900- Brasília-DF

primeira.secretaria@camara.leg.br

Assunto: Requerimento de informação RIC n. 435/2023 - Deputada Federal Caroline de Toni.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 710203/2023.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Trata-se do OFÍCIO SEI Nº 1205/2023/MPI (37500086) por meio do qual esse Ministério dos Povos Indígenas - MPI encaminha respostas ao Requerimento de Informação RIC n. 435/2023 (37500087) da Deputada Federal Caroline de Toni, datado em 08 de março de 2023, referente à notícia publicada no sítio oficial do governo sobre o projeto de cooperação Brasil – Alemanha.

2. Em atenção aos questionamentos dispostos no Ofício supracitado, seguem os esclarecimentos:

2.1. **Quais os fundamentos técnicos embasam a necessidade de parceria com instituição internacional para subsidiar projetos em áreas indígenas?** O Acordo de Cooperação Técnica é um instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e outras entidades privadas com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica. Nessa linha, trata-se de instrumento formal utilizado com vistas ao estabelecimento de um vínculo cooperativo ou de parceria entre si ou, ainda, com entidades privadas, que tenham interesses e condições recíprocas ou equivalentes, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público e podendo haver repasse financeiro. O Projeto “Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas” é coordenado pela FUNAI no contexto da Cooperação Financeira Brasil-Alemanha. A cooperação técnica Brasil-Alemanha é coordenada, do lado brasileiro, pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, e a cooperação financeira pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais. Do lado alemão a cooperação é financiada pelo Ministério para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) e, desde 2008, conta com financiamento também pelo Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU), por meio da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI). A Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI) oferece financiamento e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigoArquivoTeor=2360550>

2360550

troca de conhecimento sobre mudanças climáticas, fortalecendo o trabalho dos Fundos de Água em termos dos co-benefícios gerados, começando com a implementação de soluções baseadas na natureza de uma perspectiva de adaptação dos ecossistemas.

2.2. **Quais prerrogativas a Alemanha e/ou instituição alemã passam a ter mediante projeto de cooperação financeira Brasil-Alemanha (KfW) denominado "Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas (PGSTI) Brasil- Alemanha?** A principal prerrogativa das instituições alemãs é o financiamento com recursos não reembolsáveis das ações a serem propostas pela Funai e organizações indígenas.

2.3. **Autoridades alemãs terão acesso as áreas abrangidas pelo projeto? Se sim, em que termos?** Não. Caso seja solicitado, os pedidos devem seguir o trâmite e procedimentos já existentes.

2.4. **Em que medida a referida pareceria não interfere nas tradições indígenas?** A parceria vislumbra o fortalecimento dessas comunidades, sem qualquer interferência nos seus hábitos e tradições, uma vez que objetivam potencializar suas práticas de conservação ambiental e suas organizações sociais.

2.5. **Quais serão os valores empregados pela instituição alemã? Há alguma contrapartida?** Os valores repassados pelo KfW somarão 8 milhões de euros. A Funai investirá 800 mil euros no projeto.

2.6. **Quais os critérios utilizados para escolha da empresa alemã de consultoria GOPA?** Os critérios estão dispostos no Edital de Qualificação ACT KfW (SEI nº 37500109), anexo a este expediente.

2.7. **Existe cronograma de trabalho? Se sim, gentileza disponibilizar.** O cronograma de trabalho está disponível no Termo Aditivo ACT Funai-IIEB (SEI nº 37500108).

2.8. **Alguma liderança indígena foi ouvida? Se sim, qual o nome?** Conforme demonstrado no Acordo de Cooperação Técnica KfW (SEI nº 37500105), o projeto contempla a participação indígena por meio da Comissão Paritária Deliberativa (CPD), que será a instância de participação dos povos indígenas no planejamento e na execução do Projeto. A CPD será composta por igual número de servidores da FUNAI e de representantes indígenas e se reunirá a cada seis meses. A CPD aprovará os Planos Operativos Anuais (POA) e os Planos de Aquisições (PA) e avaliará sua execução.

2.9. **Quais os critérios utilizados para seleção das terras indígenas, objeto do projeto?** As TIs foram selecionadas em 2009. A priorização dos complexos mencionados se deu pela evidente vulnerabilidade extrema com respeito a vários desafios, estando inseridas no arco do desmatamento e sofrendo também de um alto índice de outros tipos de invasões ilegais.

2.10. **Quais os indicadores serão considerados para avaliar a eficiência, eficácia e efetividade do programa?** Conforme Matriz Lógica disposta no Termo Aditivo ACT Funai-IIEB (SEI nº 37500108).

2.11. **Gentileza disponibilizar a ata da reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2023 e todos os demais documentos relacionados as tratativas.** A reunião, ocorrida na presidência da Funai tratou das questões relativas à retomada do projeto, até então paralisado, tendo seu registro publicado no [site da Funai \(Fundação Nacional dos Povos Indígenas \(www.gov.br\)\)](http://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/terras-indigenas/2023/02/23-fev-ata-reuniao).

3. São estas as respostas aos questionamentos feitos no RIC Nº 435/2023, havendo quaisquer outras dúvidas, esta pasta se prontifica a sanar, nos termos do Art. 50, § 2º da Constituição Federal.

4. Sem mais para o momento, despeço-me reiterando votos de estima e consideração

Anexos:

I - Edital de Qualificação ACT KfW (SEI nº 37500109);

II - Termo Aditivo ACT Funai-IIEB (SEI nº 37500108);



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigoArquivoTeor=2360550>

Ofício 3773 (38347070) - SEI 710203/2023 / pg. 2

2360550

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

SONIA GUAJAJARA

Ministra de Estado dos Povos Indígenas



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Guajajara registrado(a) civilmente como Sonia Bone de Sousa Silva, Ministro(a) de Estado**, em 17/11/2023, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38547070** e o código CRC **74CB850F**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 7º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP 70297-400 - Brasília/DF
- e-mail mpi-gmpi@povosindigenas.gov.br

Processo nº 710203/2023.

SEI nº 38547070



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigoArquivoTeor=2360550>



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
SCS Quadra 09 Edifício Parque Cidade Corporate Torre B Sala 607-F3, Setor Comercial Sul - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.funai.gov.br

TERMO ADITIVO

Processo nº 08620.000794/2017-72

Unidade Gestora: Unidade de Coordenação do Projeto - UCP

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 0791669 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI E O INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL (IEB) PARA PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PROTEÇÃO E GESTÃO SUSTENTÁVEL EM TERRAS INDÍGENAS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO FINANCEIRA ALEMÃ.

A **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.059.311/0001-26, com endereço no Edifício Parque Cidade Corporate, Setor Bancário Sul Quadra 9, Bloco A, Torre B, CEP 70.308-200, Brasília, DF, neste ato representada pela sua Presidente Substituta, Senhora ELISABETE RIBEIRO ALCÂNTARA LOPES, brasileira, inscrita no CPF nº 719.753.141-15, nomeada pela Portaria nº 641/Funai, de 07 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 230, de 08 de dezembro de 2021, e o **INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL - IEB**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.057.776/0001-36, estabelecido à SCLN 211, Bloco B, salas 101-102, CEP 70.863-520 Asa Norte, Brasília, DF, representada neste ato pela sua Coordenadora Geral, a Senhora MARIA JOSÉ MIRANDA CABRAL GONTIJO, brasileira, do IEB, portadora da Carteira de Identidade nº 387.234 - SSP/DF e do CPF nº 162.450.406-04, em conformidade com o que consta no Processo nº 08620.000794/2017-72, e em observância às disposições do Decreto nº 8.726 de 27 de abril de 2016, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 0791669, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.2. PRORROGAR o prazo da vigência do Acordo de Cooperação Técnica nº 0791669, por 60 (sessenta) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 19/12/2022 a 19/12/2027, nos termos do art. 43 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, conforme exposto no Despacho CGIIRC (4575790) e Anexo I do presente Aditivo.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - RATIFICAÇÃO**

2.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Acordo de Cooperação Técnica originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

3.1. Incumbirá à FUNAI providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo vai eletronicamente pelos Partícipes, depois de lido e achado em ordem, e por duas testemunhas.

ELISABETE RIBEIRO ALCÂNTARA LOPES
Representante legal da **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI**

MARIA JOSÉ MIRANDA CABRAL GONTIJO
Representante legal do **INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL - IEB**

TESTEMUNHAS:

1 - Matheus de Almeida Roberto
CPF 014.910.131-76

2 - Priscila Ribeiro da Cruz
CPF: 076.217.187-14

ANEXO I PLANO DE TRABALHO

1. **DADOS CADASTRAIS DA FUNAI****ÓRGÃO/ENTIDADE DO PROPONENTE:** FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)**CNPJ:** 00.059.311/0001-26**ENDEREÇO:** EDIFÍCIO PARQUE CIDADE CORPORATE, SETOR BANCÁRIO SUL, QUADRA 9, BLOCO A, TORRE B – ASA SUL CIDADE: BRASÍLIA UF 70.308-200**DDD/TELEFONE** (61) 3247 - 6001**NOME DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO:** ELISABETE RIBEIRO ALCÂNTARA LOPES**E-MAIL:** ELISABETE.LOPES@FUNAI.GOV.BR**CARGO:** PRESIDENTE SUBSTITUTA

3.141-15

**DADOS CADASTRAIS DO IEB**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://sef/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5051701&infra_sistema=1... 1/3

2360550

ÓRGÃO/ENTIDADE DO PROPONENTE: INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL (IEB)
CNPJ: 03.057.776/0001-36
ENDEREÇO: SCLN 211, BLOCO B, SALAS 101-102 – ASA NORTE CIDADE: BRASÍLIA UF: DF CEP: 70.863-520
DDD/TELEFONE: (61) 3248-7449
NOME DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO: MARIA JOSÉ MIRANDA CABRAL GONTIJO
E-MAIL: MJGONTIJO@IEB.ORG.BR
CARGO: COORDENADORA GERAL
CPF: 162.450.406-04

3. DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

- a) Objeto:**
Assegurar a execução do Projeto “Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas” com recursos não reembolsáveis por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento, assim como garantir o funcionamento do esquema de governança.
- b) Justificativa:**
Em 2009, durante as negociações intergovernamentais, os governos alemão e brasileiro acordaram um Projeto com o enfoque na Proteção e Promoção dos Povos Indígenas do Brasil com uma contribuição financeira alemã de 8,0 milhões de Euros e uma contrapartida brasileira por parte da FUNAI no valor equivalente a 0,8 Milhões de Euros. O projeto pretende contribuir para a implementação da PNGATI, especialmente no âmbito da proteção territorial e dos recursos naturais, da conservação das PGTAs e da implementação de ações de uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas. Elegem-se como prioritários dois complexos de TIs, o complexo do Alto do Araripe e o outro no Norte do Maranhão, num total de 44 TIs. Diante da necessidade de contratação, pelo KfW, de Gestor Financeiro para viabilizar o projeto, torna-se necessário, da parte da Funai, estruturar Acordo de Cooperação Técnica e Plano de Trabalho para assegurar que todas as instâncias de governança corram de acordo com o acordado entre o Governo Alemão e o Governo Brasileiro. Este Plano de Trabalho traça metas anuais, durante os cinco anos de realização do projeto. A previsão de recursos para o Plano de Trabalho são aquelas previstas no Projeto, sendo que não há previsão de repasses de recursos financeiros entre as partes. Este Plano de Trabalho foi elaborado em observância à Lei 13.019/2014 (Art. 22) e Decreto 8.726/2016 (Art. 25).

4. METAS PRIORITÁRIAS DO PLANO DE TRABALHO

METAS E AÇÕES PARA A COOPERAÇÃO 2023	ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO	ÓRGÃO EXECUTOR	ÓRGÃO COLABORADOR
Viabilizar duas reuniões do Comitê Paritário Deliberativo	2023	FUNAI	IEB
Receber as auditorias do projeto ou visitas de monitoramento do KfW	2023	FUNAI	IEB
METAS E AÇÕES PARA A COOPERAÇÃO 2024	ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO	ÓRGÃO EXECUTOR	ÓRGÃO COLABORADOR
Viabilizar duas reuniões do Comitê Paritário Deliberativo	2024	FUNAI	IEB
Elaborar o Plano Operativo Anual e o Plano de Aquisições	2024	IEB	FUNAI
Viabilizar duas reuniões do Comitê Paritário Deliberativo	2024	FUNAI	IEB
Receber as auditorias do projeto ou visitas de monitoramento do KfW	2024	FUNAI	IEB
METAS E AÇÕES PARA A COOPERAÇÃO 2025	ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO	ÓRGÃO EXECUTOR	ÓRGÃO COLABORADOR
Viabilizar duas reuniões do Comitê Paritário Deliberativo	2025	FUNAI	IEB
Elaborar o Plano Operativo Anual e o Plano de Aquisições	2025	IEB	FUNAI
Viabilizar duas reuniões do Comitê Paritário Deliberativo	2025	FUNAI	IEB
Receber as auditorias do projeto ou visitas de monitoramento do KfW	2025	FUNAI	IEB
Estruturar o processo de “avaliação de meio termo” do projeto	2025	FUNAI	IEB
METAS E AÇÕES PARA A COOPERAÇÃO 2026	ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO	ÓRGÃO EXECUTOR	ÓRGÃO COLABORADOR
Viabilizar duas reuniões do Comitê Paritário Deliberativo	2026	FUNAI	IEB
Elaborar o Plano Operativo Anual e o Plano de Aquisições	2026	IEB	FUNAI
Viabilizar duas reuniões do Comitê Paritário Deliberativo	2026	FUNAI	IEB
Receber as auditorias do projeto ou visitas de monitoramento do KfW	2026	FUNAI	IEB
METAS E AÇÕES PARA A COOPERAÇÃO 2027	ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO	ÓRGÃO EXECUTOR	ÓRGÃO COLABORADOR
Viabilizar duas reuniões do Comitê Paritário Deliberativo	2027	FUNAI	IEB
Elaborar o Plano Operativo Anual e o Plano de Aquisições	2027	IEB	FUNAI
Viabilizar duas reuniões do Comitê Paritário Deliberativo	2027	FUNAI	IEB
Receber as auditorias do projeto ou visitas de monitoramento do KfW	2027	FUNAI	IEB
Estruturar o processo de “avaliação final” do projeto	2027	FUNAI	IEB

5. INDICADORES

- Os indicadores das Metas acima são, correspondentemente:
- Número de reuniões do CPD;
 - Número de POAs e número de PAs elaborados;
 - Número de POAs e número de PAs implementados;
 - Número de auditorias e/ou visitas de monitoramento recebidas;
 - Avaliação de Meio Termo do Projeto realizada;
 - Avaliação Final do Projeto realizada

6. DECLARAÇÃO FUNAI

NOMENCLATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA PARTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) ENQUANTO PARTE DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, DECLARO, PARA FINS DE PROVA JUNTO AO INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL (IEB) PARA OS EFEITOS E SC DA LEI Nº 13.019/2014, QUE HAVERÁ TODO COMPROMETIMENTO NO SENTIDO DE CUMPRIR COM AS AÇÕES ACORDADAS NA FORMA DESTES PLANOS DE TRABALHO.



Brasília-DF, ____ de dezembro de 2022

Elisabete Ribeiro Alcântara Lopes
Presidente Substituta

7. DECLARAÇÃO IEB

NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE LEGAL DA PARTE DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL (IEB) ENQUANTO PARTE DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, DECLARO, PARA FINS DE PROVA JUNTO A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) PARA OS EFEITOS E SOB A LEI, QUE HAVERÁ TODO COMPROMETIMENTO NO SENTIDO DE CUMPRIR COM AS AÇÕES ACORDADAS NA FORMA DESTES PLANOS DE TRABALHO. PEDE DEFERIMENTO,

Brasília-DF, ____ de dezembro de 2022

Maria José Miranda Cabral Gontijo
Coordenadora Geral



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete Ribeiro Alcântara Lopes, Presidente Substituto(a)**, em 14/12/2022, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus de Almeida Roberto, Chefe de Gabinete da Presidência**, em 14/12/2022, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA RIBEIRO DA CRUZ, Coordenador(a)**, em 14/12/2022, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria José Miranda Cabral Gontijo, Usuário Externo**, em 15/12/2022, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4708454** e o código CRC **20BB3BA7**.



**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO –
FUNAI E O INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO NO BRASIL (IEB) PARA
PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DO
PROJETO PROTEÇÃO E GESTÃO
SUSTENTÁVEL EM TERRAS INDÍGENAS
NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO
FINANCEIRA ALEMÃ**

A **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI**, doravante denominada FUNAI, Fundação Pública Federal, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, criada pela Lei nº 5.371 de 05 de dezembro de 1973, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.059.311/0001-26, com sede e foro em Brasília-DF, situada no Edifício Parque Cidade Corporate, Setor Bancário Sul Quadra 9, Bloco A, Torre B, CEP 70.308-200 e jurisdição em todo o território nacional, neste ato representada pelo seu Presidente, o senhor Franklimberg Ribeiro de Freitas, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº. 010353191-9/Exército, inscrito no CPF sob o nº 499.065.267-34, e o Instituto Internacional de Educação no Brasil (IEB) inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.057.776/0001-36, com sede no SCLN 211, Bloco B, salas 101-102, CEP 70.863-520 Asa Norte, Brasília, DF, doravante denominado IEB, neste ato representado por, Maria José Miranda Cabral Gontijo brasileira, estado civil casada, Coordenadora Geral do IEB, portadora da cédula de identidade nº 387.234, expedida pela SSP/DF inscrita no CPF sob o nº 162.450.406-04, na forma do seu Estatuto, considerando o propósito de implementação do Projeto “Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas”, acordado entre o Governo Brasileiro e o Governo Alemão, RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de parceria entre a FUNAI e o IEB para a implementação do **Projeto “Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas”** com recursos não reembolsáveis do Governo Alemão por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento, KfW, com sede em Frankfurt am Main, Alemanha (KfW).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para tanto, o IEB é, neste ato, constituído Gestor Financeiro, com mandato conferido pela FUNAI para celebrar com o KfW um Contrato de Contribuição Financeira e o respectivo Acordo em Separado (cf. Cláusula Segunda), assim como contratar uma Consultoria Técnica de Implementação do Projeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Este Acordo confere poderes ao IEB para realizar a gestão dos recursos da contribuição do KfW e proceder à transferência de tais recursos do KfW para as ações necessárias à execução do Projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES



1. O Projeto “Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas” é coordenado pela FUNAI no contexto da Cooperação Financeira Brasil-Alemanha. Os pormenores do Projeto e das atribuições dos partícipes estão descritos no Anexo I. Os objetivos e resultados do Projeto constam da Matriz Lógica (Anexo II).
2. O Contrato de Contribuição Financeira é o instrumento mediante o qual o KfW concederá recursos não reembolsáveis ao IEB para a execução exclusiva das ações do Projeto.
3. O Acordo em Separado, a ser assinado entre o IEB e o KfW, definirá os pormenores do Projeto assim como o uso e repasse dos bens e serviços a serem financiados.
4. Unidade de Coordenação do Projeto (UCP): A FUNAI será responsável pela coordenação geral e gestão técnica do Projeto e estabelecerá para tal fim uma UCP, gerida pelo Coordenador Técnico do Projeto. Ele será o interlocutor da FUNAI junto ao Gestor Financeiro, ao KfW e a outros órgãos públicos e da sociedade civil.
5. A Consultoria Técnica de Implementação (CI) será contratada no início do projeto para apoiar a UCP da FUNAI na coordenação e gestão técnica do Projeto. A CI responderá ao Coordenador Técnico do Projeto.
6. A Comissão Paritária Deliberativa (CPD) será a instância de participação dos povos indígenas no planejamento e na execução do Projeto. A CPD será composta por igual número de servidores da FUNAI e de representantes indígenas e se reunirá a cada seis meses. A CPD aprovará os Planos Operativos Anuais (POA) e os Planos de Aquisições (PA) e avaliará sua execução.
7. O Manual Operativo do Projeto (MOP) é o instrumento que orientará as atividades e procedimentos do Projeto, contendo os prazos para o cumprimento das obrigações por parte do IEB, KfW e FUNAI principalmente nas questões e processos financeiros, seletivos e contratuais.
8. O Relatório Gerencial de Execução Financeira descreverá o andamento do Projeto e incluirá os saldos, os valores comprometidos com processos e contratos em andamento e a tabela de compras e contratações em curso, assim como os custos administrativos do IEB, de acordo com a execução do Projeto.
9. Fundo de Disposição: Os recursos do projeto serão geridos por meio de um Fundo de Disposição numa conta especial em EURO e numa conta especial em REAL. O IEB será responsável pela abertura e gestão das duas contas especiais. Os pormenores da gestão do Fundo de Disposição são regulamentados no Acordo em Separado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I - Compete ao IEB:

Aspectos contratuais

1. Assinar, com o KfW, o Contrato de Contribuição Financeira e o Acordo em Separado;
2. Contratar a Consultoria Técnica de Implementação (CI) com base nas orientações dadas pela FUNAI;

Planejamento, Preparação e Monitoramento do Projeto



3. Elaborar e atualizar, em acordo com a FUNAI os Planos de Trabalhos para a execução do Projeto (ver Cláusula Quarta);
1. Elaborar, junto com a FUNAI, o Manual Operativo do Projeto (MOP) definindo as atribuições, os procedimentos e o fluxo dos processos administrativos na execução do Projeto e submeter à aprovação do KfW;
2. Elaborar e submeter à aprovação da FUNAI e do KfW um Manual de Aquisições contendo as regras para a realização de compras e contratações no âmbito do Projeto seguindo as Normas para a contratação de bens, obras e serviços da Cooperação Financeira Oficial da Alemanha com países parceiros <https://www.kfw-entwicklungsbank.de/Download-Center/PDF-Dokumente-Richtlinien/Vergabe-P.pdf> ;
3. Assistir a UCP na elaboração e implementação dos Planos Operativos Anuais (POAs) e dos Planos de Aquisição de bens e serviços (PA);
4. Apresentar à FUNAI e ao KfW, bem como sempre manter atualizado, o Cronograma de execução das atividades e seus custos. Deste cronograma detalhado deverão constar o provável decorrer cronológico das diferentes ações do Projeto em consonância com os POAs e os recursos necessários para o seu financiamento, indicando-se valores e datas. Se uma modificação do cronograma for necessária, ela será submetida à aprovação do KfW;
5. Elaborar e implementar, em conjunto com a FUNAI, um Sistema adequado de monitoramento técnico, financeiro e contábil em consonância com o Plano Operativo Anual (POA) a ser compartilhado com a FUNAI e disponibilizado, em caráter irrestrito, ao KfW e a auditores externos;
6. Elaborar, em conjunto com a FUNAI, um Sistema de monitoramento do alcance dos objetivos, resultados e dos impactos do projeto.

Procedimentos de licitação e contratação

7. Assessorar os integrantes da UCP na especificação de bens e serviços previstos no PA;
8. Preparar e realizar todos os processos seletivos, exceto a preparação de termos de referência que serão elaborados pela FUNAI, para a implementação do Projeto, sejam de consultoria ou obras, bens e serviços gerais, em conformidade com o Contrato de Contribuição Financeira e o Acordo em Separado;
9. Manter um sistema de controle e mapeamento dos processos licitatórios em andamento;
10. Guardar os documentos dos processos seletivos e comprovantes de pagamentos, de forma a atender auditorias e de acordo com os prazos previstos na legislação nacional;
11. Elaborar e assinar todos os contratos de consultoria, aquisição de bens ou serviços no âmbito do projeto conforme o PA;
12. Recepção de obras de infraestrutura, zelando pela observância dos padrões de qualidade técnica especificados;
13. Realizar a transferência à FUNAI, ou a quem for designado, a propriedade dos bens móveis adquiridos com recursos do Projeto, imediatamente após o pagamento e mediante o atesto de recebimento definitivo de tais bens pela FUNAI ou seus parceiros.

Gestão financeira

14. Manter um sistema adequado de gerenciamento dos recursos do Contrato de Contribuição Financeira e do Acordo em Separado do Projeto, que possua módulos de processos seletivos para aquisições e contratações, financeiro, operacional e contábil. Este sistema deve possuir uma assistência técnica adequada garantindo um suporte técnico para a sua manutenção e a resolução de problemas;
15. Realizar toda a gestão financeira do Projeto. Para isto, abrir uma conta especial em Euro (Fundo de Disposição) para receber os recursos financeiros doados pelo Governo Alemão



por intermédio do KfW e em moeda nacional (Real) para efetuar os pagamentos do projeto. Os rendimentos das aplicações financeiras em ambas as contas somente poderão ser aplicados em atividades do projeto;

16. Solicitar ao KfW o desembolso de novos recursos (realimentação), na conta especial em Euro, sempre para satisfazer a demanda de pagamento do projeto para o período de quatro meses;
17. Realizar a transferência dos recursos da conta especial em Euro para a conta especial em Real sempre de acordo com a demanda mensal de pagamentos;
18. Efetuar os pagamentos do Projeto conforme as regras da cooperação financeira alemã https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-Dokumente-Richtlinien/Mittelauszahlungen_POR.pdf,

Relatoria e prestação de contas

19. Elaborar e encaminhar ao KfW as prestações de contas do Projeto e as solicitações para a realimentação dos recursos para o Fundo de Disposição, após aprovação pela FUNAI e pela CPD;
20. Elaborar e encaminhar à FUNAI e ao KfW um relatório gerencial mensal assim como relatórios semestrais necessários ao acompanhamento e controle da administração dos recursos incluindo o saldo do projeto, os custos de execução do Gestor Financeiro e uma tabela de aquisições e contratações mensais nos padrões aceitos pela FUNAI, seja de forma manual ou com a utilização de softwares apropriados;
21. Mandar realizar, anualmente, uma auditoria financeira independente do Projeto, incluindo a verificação, por amostragem, do cumprimento das normas de aquisição por auditores independentes e internacionalmente qualificados e apresentar ao KfW o relatório de auditoria até o dia 30 de junho do ano subsequente ao ano-calendário auditado;

Outras obrigações

22. Cumprir com todas as obrigações fiscais, financeiras e trabalhistas pertinentes, obedecendo à legislação nacional, no que tange aos contratos e aos pagamentos realizados no Projeto;
23. Organizar, manter e disponibilizar toda a documentação referente aos bens e serviços financiados com recursos da contribuição financeira e facultar aos auditores independentes e aos encarregados do KfW, da FUNAI, em qualquer momento, a verificação desta documentação;
24. Participar das reuniões semestrais da Comissão Paritária Deliberativa (CPD), em conjunto com a CI;
25. Manter uma equipe de pessoas indispensável para atuação no Projeto, consistindo de, no mínimo, três pessoas sendo um gerente e coordenador financeiro (tempo integral ou parcial), um assessor financeiro e um especialista em licitação e aquisições;
26. Manter um representante/ representação local em Lábrea (AM), para facilitar as aquisições de bens e serviços no complexo Sul do Amazonas.

II - Compete à FUNAI:

Na sua função de Coordenadora técnica, a FUNAI terá as seguintes atribuições:

1. Proporcionar a orientação estratégica e coordenação técnica geral do Projeto;
2. Instituir e assegurar o funcionamento da CPD;



3. Elaborar propostas para os Planos Operacionais Anuais (POA) a serem submetidos à aprovação da CPD e os Planos de Aquisições (PA);
4. Articular-se com o Gestor Financeiro, e outros entes, visando ao desenvolvimento das atividades do Projeto;
5. Elaborar, com apoio da CI, e aprovar os termos de referência e especificações técnicas para subsidiar os processos licitatórios para a compra de bens e serviços técnicos e para a contratação de consultorias, bem como assistir o Gestor Financeiro na análise de propostas técnicas, quando necessário;
6. Acompanhar os processos licitatórios realizados pelo Gestor Financeiro no âmbito do Projeto, previamente à solicitação da “não-objeção” do KfW, conforme for o caso;
7. Monitorar o progresso físico e financeiro segundo o cronograma acordado e o alcance dos objetivos e resultados propostos;
8. Participar da análise e recepção de bens adquiridos e serviços contratados, inclusive das prestações de consultorias, zelando pela observância dos padrões de qualidade técnica especificados, com exceção da recepção de obras de infraestrutura, que será da responsabilidade do Gestor Financeiro;
9. Contribuir para a elaboração dos relatórios de progresso referentes à implementação física e financeira e ao alcance dos objetivos do Projeto;
10. Participar em exercícios de avaliação intermediária e final do Projeto, bem como dos procedimentos de auditoria.
11. Receber, analisar e aprovar os relatórios gerenciais mensais e semestrais;
12. Autorizar, por meio de contra-assinatura, as solicitações de realimentação do Fundo de Disposição e a restituição dos custos do IEB.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PLANOS DE TRABALHO E FASES DE IMPLEMENTAÇÃO

A implementação do Projeto ocorrerá em duas fases. A primeira fase preparatória refere-se às atribuições 1-9 do Gestor Financeiro (cf. Cláusula Terceira I), com duração prevista de um ano, cujo Plano de Trabalho consta em Anexo III. A segunda fase de execução consiste principalmente na execução dos Planos Operativos Anuais (POAs) do Projeto (atribuições 10-29 do Gestor Financeiro) que serão elaborados posteriormente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os planos de trabalho e POAs, assim como qualquer modificação, poderão ser propostos por qualquer um dos signatários e ficarão sujeitos à aprovação da CPD e do KfW.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPE

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS



Para assegurar uma coordenação eficiente do Projeto, a FUNAI se compromete a:

- Dotar a UCP com uma equipe suficiente de servidores, além de equipá-los com as instalações e equipamentos necessários. A equipe da UCP será composta de um Coordenador Técnico e especialistas nas áreas de desenvolvimento sustentável, proteção territorial e administração e gestão. O Coordenador Técnico será o interlocutor principal da FUNAI junto ao IEB, KfW e CPD e promoverá as atividades para a execução do Projeto, assegurando o cumprimento dos objetivos e o alcance dos resultados propostos.
- Dotar suas unidades descentralizadas com recursos humanos e financeiros suficientes para realizar as ações do Projeto.
- Criar a Comissão Paritária Deliberativa (CPD), assegurar o seu funcionamento e convidar o IEB, a CI e o KfW a participarem das sessões da CPD, porém sem direito a voto. O Coordenador Técnico da UCP assumirá a presidência da CPD e terá o direito do voto de Minerva. Ao final de cada sessão da CPD será elaborada uma Ajuda Memória, que sempre será encaminhada ao KfW para o seu conhecimento.

O IEB se compromete a:

- Estabelecer e manter uma equipe de gestão administrativa e financeira do projeto composta por um Coordenador Financeiro, um assessor financeiro e um especialista em licitações e aquisições, além de manter um representante/ representação em Lábrea.
- Estabelecer e manter em funcionamento uma interface do seu sistema informatizado, com acesso disponibilizado à FUNAI, para compartilhamento de dados e garantia de uma comunicação direta e permanente com a UCP no que se refere à gestão administrativa e financeira e ao monitoramento do alcance dos objetivos do Projeto.
- Realizar reuniões regulares com a FUNAI, no mínimo a cada três meses ou sempre que necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente Acordo de Cooperação Técnica não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os partícipes.



PARÁGRAFO SEGUNDO – Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os deslocamentos do pessoal a serviço do IEB e da Consultoria Técnica de Implementação (CI) seguirão as regras da FUNAI no que diz respeito aos valores de diárias.

PARÁGRAFO QUARTO – O IEB tratará, nos relatórios gerenciais periódicos (cf. Cláusula Terceira, I.23), do cumprimento dos compromissos acima elencados.

CLÁUSULA SÉTIMA– DA TRANSFERÊNCIA E PROPRIEDADE DOS BENS

O IEB realizará a transferência à FUNAI, ou a quem for designado, a propriedade dos bens móveis adquiridos com recursos do Projeto, imediatamente após o pagamento e mediante o atesto de recebimento definitivo de tais bens pela FUNAI ou seus parceiros

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE PELAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os signatários se responsabilizarão pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus próprios empregados e/ou contratados.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICIDADE

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, observando os termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 e da Instrução Normativa nº 02, de 16 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos. A divulgação do Projeto deve incorporar em lugar visível a seguinte frase: “O Projeto Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas é realizado pelo Governo Brasileiro no contexto da Cooperação Financeira Brasil-Alemanha mediante financiamento do KfW - Banco Alemão de Desenvolvimento”.



CLÁUSULA DÉCIMA- DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Todos e quaisquer direitos referentes à propriedade intelectual, resultados técnicos e todo e qualquer material, dados, desenvolvimento ou inovações decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente ACT, seguirão a legislação e normas vigentes, e serão de propriedade do signatário que os desenvolver. Se desenvolvido em conjunto, será de propriedade de ambos os signatários.

PARÁGRAFO ÚNICO - Direito de imagem individual ou coletiva dos indígenas e conhecimento tradicional associados às culturas indígenas e aos seus saberes devem estar assegurados em instrumento jurídico próprio elaborado em conjunto com os indígenas com o apoio dos signatários. A utilização, registro e divulgação de imagens e conhecimento tradicional no âmbito desse ACT, obrigatoriamente devem ser precedidos de instrumentos que comprovem o consentimento livre, prévio e informado e da devida anuência por parte das comunidades indígenas e atores individuais envolvidos, em conformidade com legislação vigente e normativas da FUNAI.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Acordo e na divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento deverá sempre constar, caso existente, a logomarca do Projeto objeto deste acordo, bem como as logomarcas da FUNAI, do IEB, do KfW e da Cooperação Brasil-Alemanha.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E MODIFICAÇÕES

O prazo de vigência desse Acordo de Cooperação será de 60 (sessenta) meses, contados da data da assinatura de ambas as partes, podendo ser prorrogado, alterado ou modificado por termo aditivo, mediante expressa manifestação dos partícipes, exceto quanto ao seu objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica consignado que os partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os Partícipes, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou, ainda, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.



PARÁGRAFO ÚNICO. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos já iniciados, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à FUNAI providenciar a publicação do extrato do presente Acordo no Diário Oficial da União na forma da lei e prazo estabelecidos no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, ressalvados os casos de competência originárias do Supremo Tribunal Federal-STF.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento, em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, de Novembro de 2017.

(Pela FUNAI)

(Pelo IEB)

TESTEMUNHAS

1. _____
CI n.º
CPF n.º

2. _____
CI n.º
CPF n.º



Anexo I

Cooperação Financeira Brasil/ Alemanha Fundação Nacional do Índio - FUNAI Projeto “Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas”

1. Antecedentes

Desde o início dos anos 90, a Proteção e a Promoção das Terras Indígenas (TI) é uma das áreas prioritárias da Cooperação Brasil/ Alemanha. No decorrer destes anos, a Cooperação Técnica e Financeira alemã tem apoiado vários projetos e programas para a conservação e o uso sustentável das florestas brasileiras, sobretudo no contexto do PPG7.

Neste contexto, foi implementado o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), que apoiou a FUNAI no trabalho de reconhecimento e demarcação de 178 das Terras Indígenas da Amazônia com uma superfície total de 38 milhões de km², fomentando e valorizando a participação indígena em todo o processo.

Outro programa da Cooperação Financeira alemã no âmbito do PPG7 foi o PDPI (Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas), implementado pelo Ministério do Meio Ambiente. O PDPI promoveu projetos de organizações indígenas na Amazônia Legal visando a gestão ambiental nas terras indígenas por meio de atividades e ações que incluíam, entre outros, a proteção das Terras Indígenas (TI) e a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs).

O presente projeto se enquadra na mesma área temática desses dois projetos anteriores.

2. Contextualização

Devido à complexidade dos desafios a respeito da proteção dos povos indígenas no Brasil, o Governo Brasileiro, hoje em dia, necessita de um alto grau de coordenação de políticas intersetoriais com participação qualificada e efetiva dos povos indígenas alvos. A “**Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas**” (PNGATI), decretada em 2012, reconhece o leque enorme dos temas e problemas existentes nesta área e visa enfrentar esses desafios com um modelo de governança interinstitucional. A PNGATI foi desenvolvida num abrangente processo participativo em nível nacional, que incluiu os povos indígenas e suas representações legais.

Os objetivos específicos da PNGATI são estruturados em sete eixos:

- 1. proteção territorial e dos recursos naturais:**
2. governança e participação indígena:
3. áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas:
4. prevenção e recuperação de danos ambientais:
- 5. uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas:**
6. propriedade intelectual e patrimônio genético:
7. capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

O projeto pretende contribuir para a implementação desta política, especialmente no âmbito dos eixos 1 e 5, em dois complexos geográficos prioritários.



3. O Projeto

Em 2009, durante as negociações intergovernamentais, os governos alemão e brasileiro acordaram um Projeto de Cooperação Financeira com o enfoque na Proteção e Promoção dos Povos Indígenas no Brasil com uma contribuição financeira alemã de 8,0 milhões de Euros e uma contrapartida brasileira por parte da FUNAI no valor equivalente a 0,8 Milhões de EUR totalizando 8,8 Milhões de Euros. O projeto pretende contribuir para a implementação da PNGATI, especialmente no âmbito da proteção territorial e dos recursos naturais, da elaboração de PGTA's e da implementação de ações de uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas. Elegem-se como prioritários dois complexos de TIs, um no Sul do Amazonas e o outro no Norte do Maranhão, num total de 44 TIs, conforme a lista do Anexo 1.

3.1. Objetivo e resultados e público alvo

O objetivo do projeto consiste no aprimoramento da proteção e gestão sustentável de Terras Indígenas (TIs) selecionadas na Amazônia. Os resultados esperados para alcançar o objetivo do projeto são:

- 1) o fortalecimento das unidades descentralizadas da FUNAI e de sua base de dados e
- 2) o fortalecimento da proteção e gestão sustentável das áreas selecionadas.

Estes resultados correspondem aos componentes 1) e 2) do parágrafo seguinte. O projeto beneficiará as comunidades indígenas dos dois complexos prioritários acima mencionados.

3.2. Componentes

O Projeto está composto pelos 3 componentes seguintes:

1. Fortalecimento das unidades descentralizadas da FUNAI e da base de dados

Este componente abrange a ampliação ou melhoria da infraestrutura e a aquisição de equipamentos para o monitoramento, vigilância e fiscalização (sobretudo meios de comunicação e transporte). Destinatários deste componente serão as unidades descentralizadas da FUNAI nas áreas selecionadas: Coordenações Regionais¹, Coordenações Técnicas Locais e Frentes de Proteção Etno-ambiental. Além disso, o Projeto vai apoiar a capacitação dos servidores no uso e na manutenção do equipamento adquirido bem como na proteção e gestão das TIs. Este componente inclui também medidas para o aprimoramento da base de dados e geoprocessamento.

2. Fortalecimento de proteção e gestão sustentável das áreas selecionadas

As atividades previstas neste componente incluem a construção de postos de vigilância e bases de proteção nas TIs selecionadas e a aquisição de equipamentos de vigilância. Além do mais, estão previstos o monitoramento das TI por meio de teledetecção e expedições, no caso das terras de índios isolados. Tanto os indígenas como os funcionários locais da FUNAI vão ser responsáveis por atividades de proteção dependendo das condições locais. O segundo foco desse componente é a elaboração participativa de planos de gestão e a implementação de medidas

¹ As TIs no complexo Sul do Amazonas são atendidas pelas Coordenações Regionais (CR) Médio Purus, Madeira e Alto Purus sediadas em Lábrea (AM), Humaitá (AM) e Rio Branco (AC) respectivamente. O complexo Norte do Maranhão é atendido pela CR do Maranhão, sediada em Imperatriz, e pela CR Baixo Tocantins sediada em Marabá. A cada CR estão vinculadas Coordenações Técnicas Locais. As Frentes de Proteção Etnoambiental são unidades responsáveis especificamente pelo trabalho com povos isolados e recém-contatados.



prioritárias dentro dos planos já elaborados. Ademais, os indígenas serão capacitados em uso e manutenção do equipamento adquirido e na proteção e gestão das TIs.

3. Gestão eficiente do Projeto

Este componente inclui o estabelecimento de uma Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) subordinada à Presidência da FUNAI. As principais atribuições da UCP se referem ao acompanhamento técnico e a coordenação do Projeto a nível local, regional e nacional além de atividades de monitoramento e avaliação. A UCP será apoiada por uma consultoria técnica de implementação ("CI").

3.3. Prazo de Execução

O prazo de execução do Projeto será de cinco anos a partir do primeiro desembolso. A previsão de início das atividades é no primeiro semestre de 2018

3.4. Destinação dos recursos

Os recursos do projeto serão destinados principalmente à ampliação da infraestrutura das unidades descentralizadas da FUNAI, construção de postos de vigilância nas TIs, equipamentos de monitoramento, vigilância e fiscalização, aprimoramento do sistema de dados da FUNAI, medidas de treinamento e capacitação, contratação de consultorias e serviços logísticos definidos nos Planos Operativos Anuais do Projeto (POAs).

4. Arranjo Institucional

4.1. Atribuições gerais

A coordenação geral do projeto é de responsabilidade da FUNAI, em diálogo com representantes dos povos indígenas das regiões atendidas. A FUNAI estabelecerá uma Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), que será responsável pela coordenação e gestão técnica do Projeto, em atendimento às diretrizes emanadas pela Comissão Paritária Deliberativa (CPD), a qual será composta por igual número de servidores do órgão e representantes indígenas. A UCP será a interlocutora do Gestor Financeiro, do KfW e de outros órgãos públicos e da sociedade civil. Ela coordenará todas as atividades junto às Coordenações-Gerais e unidades descentralizadas da FUNAI envolvidas com o projeto. Ela será apoiada e assessorada por uma Consultoria Técnica de Implementação (CI), a ser contratada no início do projeto.

A gestão financeira e a operacionalização do projeto é de responsabilidade do Gestor Financeiro, que será a Entidade Executora, sob ordenamento da UCP e com atenção às diretrizes da CPD. O gráfico no Anexo 2 mostra a divisão de responsabilidades e atribuições entre as partes responsáveis pela implementação do projeto.

4.2. A Unidade de Coordenação do Projeto (UCP)

Na sua função de Coordenadora técnica, a UCP será subordinada à Presidência e terá as seguintes atribuições:

- 1) Orientação estratégica e coordenação técnica geral do Projeto
- 2) Elaborar propostas para os Planos Operacionais Anuais (POA) e os Planos de Aquisições (PA) que serão submetidos à aprovação da CPD
- 3) Representar a FUNAI junto ao KfW e demais instâncias necessárias.
- 4) Articular-se com o Gestor Financeiro, e outros entes, visando ao desenvolvimento das atividades do Projeto.



- 5) Elaboração e aprovação, com o apoio da CI, dos termos de referência e especificações técnicas para subsidiar os processos licitatórios para a compra de bens e serviços técnicos, bem como assistir o Gestor Financeiro na análise de propostas técnicas, quando necessário.
- 6) Acompanhar os processos licitatórios realizados pelo Gestor Financeiro no âmbito do Projeto, previamente à solicitação da “não-objeção” do KfW, conforme for o caso.
- 7) Monitorar o progresso físico e financeiro segundo o cronograma acordado e o alcance dos objetivos e resultados propostos
- 8) Participar da análise e recepção de bens adquiridos e serviços contratados, inclusive da prestação de consultorias zelando pela observância dos padrões de qualidade técnica especificados com exceção da recepção de obras de infraestrutura que será da responsabilidade do Gestor Financeiro
- 9) Contribuir para a elaboração dos relatórios de progresso referentes à implementação física e financeira e ao alcance dos objetivos do Projeto,
- 10) Participar em exercícios de avaliação intermediária e final do Projeto.

4.3. Composição da UCP

Na implementação do projeto, a UCP trabalhará de forma integrada com a CI a ser contratada. A UCP é composta de uma equipe de servidores da FUNAI, especialistas nas áreas de desenvolvimento sustentável, proteção territorial e administração e gestão. A equipe terá à frente um **Coordenador Técnico Nacional**, servidor da FUNAI com experiência na especializado em coordenação de execução de projetos nesta temática. Esse Coordenador deverá exercer funções de caráter técnico, de planejamento, de supervisão e interlocução, atuando nas interfaces entre a UCP/ FUNAI e o Gestor Financeiro, o KfW, a CI e a CPD, promovendo as atividades para a execução do projeto, assegurando o cumprimento dos objetivos e o alcance dos resultados propostos.

4.4. Comissão Paritária Deliberativa (CPD)

A Comissão Paritária Deliberativa (CPD) será a instância de participação dos povos indígenas beneficiados no planejamento e na execução do Projeto. A CPD será composta por servidores da FUNAI, delegados por competência, sendo obrigatoriamente um deles o Coordenador Técnico Nacional da UCP, e igual número de representantes das organizações indígenas locais diretamente envolvidas nas áreas de atuação do Projeto. O Coordenador da UCP assumirá a presidência da CPD e terá o direito do voto de Minerva. A CPD deverá se reunir a cada seis meses e terá como atribuição principal a aprovação dos Planos Operativos Anuais (POAs) apresentados pela UCP e a avaliação de sua execução, bem como a aprovação dos relatórios de execução física e financeira apresentados pela Consultoria de Implementação (CI). A CPD pode propor a inclusão ou exclusão de medidas do POA. O Gestor Financeiro e a CI participarão das reuniões da CPD para informar sobre o andamento do projeto, porém sem direito a voto. Igualmente, o KfW será convidado a participar das sessões da CPD, sem direito a voto. Ao final de cada sessão da CPD, será elaborada pela CI uma ajuda memória, que sempre será encaminhada ao KfW para o seu conhecimento.

4.5. Bases para a implementação do Projeto

O Manual Operativo do Projeto (MOP) será o instrumento básico para orientar a implementação do Projeto e será elaborado pelo Gestor Financeiro em estreita cooperação com a FUNAI e a CI e será submetido à aprovação da FUNAI e do KfW. Nele serão estabelecidos prazos para cumprimento das obrigações pelas partes e orientações para planejamento, execução e monitoramento do Projeto, assim como outras diretrizes gerais. Além do MOP, outros documentos embasam a execução e o acompanhamento deste Projeto, a saber: o Acordo de Cooperação Técnica entre o FUNAI e o Gestor Financeiro assim como o Contrato de Contribuição Financeira e o respectivo Acordo em Separado entre o KfW e o Gestor Financeiro.



4.6. O Fundo de Disposição e remuneração do Gestor Financeiro

Os recursos do projeto serão geridos por meio de um Fundo de Disposição numa conta especial em EURO e numa conta especial em REAL. O Gestor Financeiro do projeto será responsável pela abertura e gestão das duas contas especiais. O KfW antecipará os recursos em euros para a conta especial em EURO. Esta antecipação será para satisfazer a previsão de pagamentos para o período de quatro meses². Mensalmente o Gestor Financeiro transferirá recursos da conta em Euros para a conta em Reais para poder cobrir a demanda de pagamentos em Reais para o referido mês.

Também é previsto o pagamento direto, por exemplo para as prestações de serviço da Consultoria Técnica de Implementação (CI), no qual o Gestor Financeiro envia para o KfW uma ordem de pagamento juntamente com os devidos comprovantes para o KfW efetuar diretamente o pagamento ao fornecedor dos bens/ prestador de serviços.

O Gestor Financeiro receberá um “management-fee” (taxa de gestão) sobre o fluxo dos recursos financeiros executados no âmbito do projeto, seja através do Fundo de Disposição ou através de pagamento direto. Os detalhes da remuneração serão acordados no Acordo em Separado supramencionado.

5. Termos de Referência do Gestor Financeiro

O Gestor Financeiro será a Entidade Executora do Projeto e terá as atribuições seguintes sob a supervisão da FUNAI e assessoria da CI:

Aspectos contratuais

- 1) Firmar Acordo de Cooperação Técnica com a FUNAI,
- 2) Assinar com o KfW o Contrato de Contribuição Financeira e o Acordo em Separado referente ao Projeto assim como o Contrato de Prestação de Serviços na sua função de Gestor Financeiro
- 3) Contratação da Consultora Internacional de Implementação(CI) com base nas orientações dadas pela FUNAI

Planejamento, Preparação e Monitoramento do Projeto

- 4) Elaborar e acordar com a FUNAI/ CI um **Plano de Trabalho** para a execução do Projeto;
- 5) Elaborar, junto com a FUNAI/CI, o **Manual Operativo do Projeto** (MOP) definindo as atribuições, os procedimentos e o fluxo dos processos administrativos na execução do Projeto e submeter à aprovação do KfW;
- 6) Elaborar e submeter à aprovação da FUNAI/CI KfW um **Manual de Aquisições** contendo as regras para a realização de compras e contratações no âmbito do Projeto seguindo as Normas para a contratação de bens, obras e serviços da Cooperação Financeira Oficial da Alemanha com países parceiros <https://www.kfw-entwicklungsbank.de/Download-Center/PDF-Dokumente-Richtlinien/Vergabe-P.pdf>;
- 7) Assistir a UCP na elaboração e implementação dos **Planos Operativos Anuais** (POAs) e dos **Planos de Aquisição de bens e serviços** (PA);
- 8) Apresentar à FUNAI e a CI e submeter ao KfW, bem como sempre manter atualizado, o **Cronograma de execução das atividades** e seus custos. Deste cronograma detalhado deverão constar o provável decorrer cronológico das diferentes ações do Projeto em

² Para o Fundo de Disposição não será disponibilizado o valor integral dos contratos cujo prazo de execução excede 4 meses.



consonância com os POAs, assim como os recursos necessários para o seu financiamento, indicando-se valores e datas. Se uma modificação do cronograma for necessária, ela será submetida à aprovação do KfW;

- 9) Elaborar e implementar, em conjunto com a FUNAI/CI, um **Sistema adequado de monitoramento técnico, financeiro e contábil** em consonância com o Plano Operativo Anual (POA) a ser compartilhado com a FUNAI/CI e disponibilizado, em caráter irrestrito, ao KfW e a auditores externos.
- 10) Elaborar, em conjunto com a FUNAI/CI, um **Sistema de monitoramento do alcance dos objetivos, resultados e dos impactos do projeto.**

Procedimentos de licitação e contratação

- 11) Assessorar os integrantes da UCP na especificação de bens e serviços previstos no PA;
- 12) Preparar e realizar todos os processos seletivos, exceto a preparação de termos de referência que serão elaborados pela FUNAI e CI, para a implementação do Projeto, sejam de consultoria ou obras, bens e serviços gerais, em conformidade com o Contrato de Contribuição Financeira e o Acordo em Separado;
- 13) Manter um sistema de controle e mapeamento dos processos licitatórios em andamento;
- 14) Guardar os documentos dos processos seletivos e comprovantes de pagamentos, de forma a atender auditorias e de acordo com os prazos previstos na legislação nacional;
- 15) Elaborar e assinar todos os contratos de consultoria, aquisição de bens ou serviços no âmbito do projeto conforme o PA;
- 16) Recepção de obras de infraestrutura zelando pela observância dos padrões de qualidade técnica especificados;
- 17) Realizar a transferência à FUNAI, ou a quem for designado, a propriedade dos bens móveis adquiridos com recursos do Projeto, imediatamente após o pagamento e mediante o atesto de recebimento definitivo de tais bens pela FUNAI ou seus parceiros.

Gestão financeira

- 18) Manter um sistema adequado de gerenciamento dos recursos do Contrato de Contribuição Financeira e do Acordo em Separado do Projeto, que possua módulos de processos seletivos para aquisições e contratações, financeiro, operacional e contábil. Este sistema deve possuir uma assistência técnica adequada garantindo um suporte técnico para a sua manutenção e a resolução de problemas;
- 19) Realizar toda a gestão financeira do Projeto. Para isto, abrir uma conta especial em Euro (Fundo de Disposição) para receber os recursos financeiros doados pelo Governo Alemão por intermédio do KfW e em moeda nacional (Real) para efetuar os pagamentos do projeto. Os rendimentos das aplicações financeiras em ambas contas somente poderão ser aplicados em atividades do projeto;
- 20) Solicitar ao KfW o desembolso de novos recursos (realimentação), na conta especial em Euro, sempre para satisfazer a demanda de pagamento do projeto para o período de quatro meses;
- 21) Realizar a transferência dos recursos da conta especial em Euro para a conta especial em Real sempre de acordo com a demanda mensal de pagamentos;
- 22) Efetuar os pagamentos do Projeto conforme as regras da cooperação financeira alemã https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-Dokumente-Richtlinien/Mittelauszahlungen_POR.pdf,

Relatoria e prestação de contas

- 23) Elaborar e encaminhar ao KfW as prestações de contas do Projeto e as solicitações para a realimentação dos recursos para o Fundo de Disposição, após aprovação pela FUNAI/CI;



- 24) Elaborar em conjunto com a Consultora de Implementação e encaminhar à FUNAI e ao KfW relatórios mensais, semestrais e anuais necessários ao acompanhamento e controle da administração dos recursos incluindo o saldo do projeto e uma tabela de aquisições e contratações mensais nos padrões aceitos pela FUNAI/CI, seja de forma manual ou com a utilização de softwares apropriados;
- 25) Mandar realizar uma auditoria financeira anual do Projeto, incluindo a verificação, por amostragem, do cumprimento das normas de aquisição por auditores independentes e internacionalmente qualificados e apresentar ao KfW o relatório de auditoria até o dia 30 de junho do ano subsequente ao ano-calendário auditado;

Obrigações

- 26) Cumprir com todas as obrigações fiscais, financeiras e trabalhistas pertinentes, obedecendo à legislação nacional, no que tange aos contratos e aos pagamentos realizados no Projeto,
- 27) Organizar, manter e disponibilizar toda a documentação referente aos bens e serviços financiados com recursos da contribuição financeira e facultar aos auditores e aos encarregados do KfW, da FUNAI/CI, em qualquer momento, a verificação desta documentação;
- 28) Participar das reuniões semestrais da Comissão Paritária Deliberativa (CPD)
- 29) Manter uma equipe de pessoas indispensável para atuação no Projeto, consistindo de, no mínimo, três pessoas sendo um gerente e coordenador financeiro (tempo integral ou parcial), um assessor financeiro e um especialista em licitação e aquisições;
- 30) Manter um representante/representação local em Lábrea (AM), de tempo integral ou parcial, para facilitar as aquisições de bens e serviços no complexo Sul do Amazonas.

6. Fases de execução

A implementação do projeto ocorrerá em duas fases. A primeira fase preparatória inclui as tarefas 1- 10 dos termos de referência. A contratação da Consultoria de Implementação (tarefa 3) será o pré-requisito para poder planejar e preparar o Projeto (tarefas 4-10). Estas tarefas precisam da aprovação ou do input da FUNAI e da CI. O tempo da fase preparatória é estimada em um ano.

A segunda fase de execução consiste principalmente na execução dos Planos Operativos Anuais do Projeto (tarefas & atribuições 11-30).

7. Organização e perfil dos profissionais do Gestor Financeiro

Para cumprir as suas tarefas, o Gestor Financeiro estabelecerá dentro da sua organização uma **Equipe de Gestão do Projeto** que será composta por, no mínimo, 3 profissionais e um representante/representação em Lábrea (ver parágrafo 5 itens 29+30 acima). A Equipe de Gestão ficará em comunicação direta e permanente com a UCP da FUNAI. Para esta finalidade, os sistemas de monitoramento técnico, financeiro e contábil e de monitoramento do alcance dos objetivos do Projeto (ver parágrafo 5, item 17) serão ferramentas importantes. Os profissionais devem ter experiência com projetos da Cooperação Internacional e dispor, de preferência, de ampla experiência com Projetos em Terras Indígenas, no setor florestal e na gestão e uso sustentável de florestas. Serviços eficientes de gestão e *backstopping*³ devem ser disponibilizados. Experiências na aquisição de equipamentos e contratação de serviços de tecnologia de informação e infraestrutura (p.ex. monitoramento remoto) são desejados. Para garantir que os profissionais possam ser substituídos caso que um membro por algum motivo tem que se afastar, a instituição deve ter suficientemente funcionários ou consultores externos

³ Serviços de apoio por funcionários e gestores da instituição com ampla experiência nos serviços requeridos



com vínculo à instituição assim como *backstoppers* disponíveis durante toda a duração do contrato. A prestação de serviços do Gestor Financeiro está prevista por 60 meses.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivo=1740140&idAssinatura=2360550>

2360550

8. Custos e Financiamento do Projeto

Custos e Financiamento Projeto “Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas”

	Componentes do Projeto FUNAI	Custos					Financiamento		
		Custos nacionais		Divisas	TOTAL		KfW	Contrapartida FUNAI	Total
		mil R\$	mil EUR	mil EUR	mil R\$	mil EUR	mil EUR	mil EUR	mil EUR
1.	Fortalecimento das unidades descentralizadas e aprimoramento da base de dados	13.332	3.809	0	13.332	3.809	3.405	404	3.809
1.1	Ampliação de infra-estrutura	1.980	566	0	1.980	566	506	60	566
1.2	Aquisição de equipamentos de monitoramento e fiscalização	7.854	2.244	0	7.854	2.244	2.006	238	2.244
1.3	Capacitação (Uso e manutenção do equipamento adquirido, Proteção e gestão de TIs)	1.188	339	0	1.188	339	303	36	339
1.4	Aprimoramento do banco de dados	2.310	660		2.310	660	590	70	660
2	Fortalecimento da proteção e gestão sustentável de TIs selecionadas	9.346	2.670	0	9.346	2.670	2.426	244	2.670
2.1	Vigilância (Postos de vigilância, equipamento, teledetecção, expedições)	4.092	1.169	0	4.092	1.169	1.045	124	1.169
2.2	Planos de gestão (Elaboração participativa, implementação de medidas prioritárias dos planos já elaborados)	4.580	1.309	0	4.580	1.309	1.209	100	1.309
2.3	Capacitação (Uso e manutenção do equipamento adquirido, Proteção e gestão de TIs)	673	192	0	673	192	172	20	192
3.	Gestão do Projeto	500	143	1.466	5.631	1.609	1.466	143	1.609
3.1	Gestor Financeiro	0	0	600	2.100	600	600	0	600
3.2	Monitoramento	500	143	0	500	143		143	143
3.3	Consultoria de Implementação	0	0	866	3.031	866	866	0	866
4.	Imprevistos	2.461	703	0	2.461	703	703	0	703
	TOTAL	25.638	7.325	1.466	30.769	8.791	8.000	791	8.791

1 EUR = 3,5 R\$

Financiado por	Custos nacionais		Custos em Divisas		TOTAL		%
	mil R\$	mil EUR	mil R\$	mil EUR	mil R\$	mil EUR	
KfW	22.870	6.534	5.131	1.466	28.001	8.000	91%
Contrapartida FUNAI	2.768	791	0	0	2.768	791	9%
Total	25.638	7.325	5.131	1.466	30.769	8.791	100%



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivo=18-2360550>

2360550

9. Áreas de intervenção do Projeto

Sul do Amazonas				
Nº	TI	Etnia	Município	UF
1	TI Acimã	Apurinã	Lábrea	AM
2	TI Água Preta / Inari	Apurinã	Pauini	AM
3	TI Alto Sepatini	Miranha	Lábrea	AM
4	TI Apurinã do Km 24 BR 317	Apurinã	Boca do Acre / Lábrea	AM
5	TI Boca do Acre	Apurinã	Boca do Acre / Lábrea	AM
6	TI Caititu	Apurinã	Lábrea	AM
7	TI Camicuã	Apurinã	Boca do Acre	AM
8	TI Deni	Deni	Itamarati, Lábrea, Pauini, Tapauá	AM
9	TI Diahui	Diahui	Humaitá	AM
10	TI Igarapé Capanã	Jamamadi	Boca do Acre, Pauini	AM
11	TI Inauini / Teuini	Jamamadi	Boca do Acre, Pauini	AM
12	TI Ipixuna	Parintintin	Humaitá	AM
13	TI Jacareúba / Katawixi	Índios Isolados	Canutama, Lábrea	AM
14	TI Kawahiva do Rio Pardo	Índios Isolados	Colniza	MT
15	TI Kaxarari	Kaxarari	Lábrea, Porto Velho	RO
16	TI Nove de Janeiro	Parintintin	Humaitá	AM
17	TI Paumari do Lago Marahã	Apurinã, Paumari	Lábrea	AM
18	TI Peneri / Tacaquiri	Apurinã	Pauini	AM
19	TI Pirahã	Mura, Pirahã	Humaitá	AM
20	TI Piripikura	Índios Isolados	Colniza, Rondolândia	MT
21	TI São Pedro do Sepatini	Apurinã	Lábrea	AM
22	TI Sepoti	Tenharin	Humaitá, Manicoré	AM
23	TI Seruini / Mariene	Apurinã	Lábrea, Pauini	AM
24	TI Tenharim do Igarapé Preto	Tenharin	Novo Aripuanã	AM
25	TI Tenharim Marmelos	Tenharin	Humaitá, Manicoré	AM
26	TI Tenharim Marmelos (Gleba B)	Tenharin	Humaitá, Manicoré	AM
27	TI Torá	Apurinã, Torá	Humaitá, Manicoré	AM
28	TI Tumiã	Apurinã	Lábrea	AM
29	Apurinã do Igarapé Mucumim	Apurinã	Lábrea	AM
30	Apurinã do Igarapé São João	Apurinã	Tapauá	AM
31	Apurinã do Igarapé Tauamirim	Apurinã	Tapauá	AM
32	Banawá	Banawá	Canutama, Lábrea e Tapauá	AM
33	Camadeni	Jamamadi	Pauini	AM
34	Catipari / Mamoriá	Apurinã	Pauini	AM
35	Guajahã	Apurinã	Pauini	AM
36	Itixi Mitari (região do Taboca)	Apurinã	Tapauá	AM
37	Hi Merimã	Himarimã	Lábrea, Tapauá	AM
38	Zuruahã	Zuruahã	Tapauá	AM
39	Paumari do Rio Ituxi	Paumari	Lábrea	AM
Norte do Maranhão				
	TI	Etnia	Município	UF
40	TI Alto Rio Guamá	Guajá, Ka'apor, Tembê	Esperança do Piriá, Paragominas, Santa Luzia do Pará	PA
41	TI Alto Turiçu	Guajá, Ka'apor, Tembê	Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Maranhãozinho, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca	MA
42	TI Araribóia	Guajá, Guajajara	Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Grajaú, Santa Luzia	MA
43	TI Awá	Guajá	Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Carú, Zé Doca	MA
44	TI Caru	Guajá, Guajajara	Bom Jardim	MA

2360550

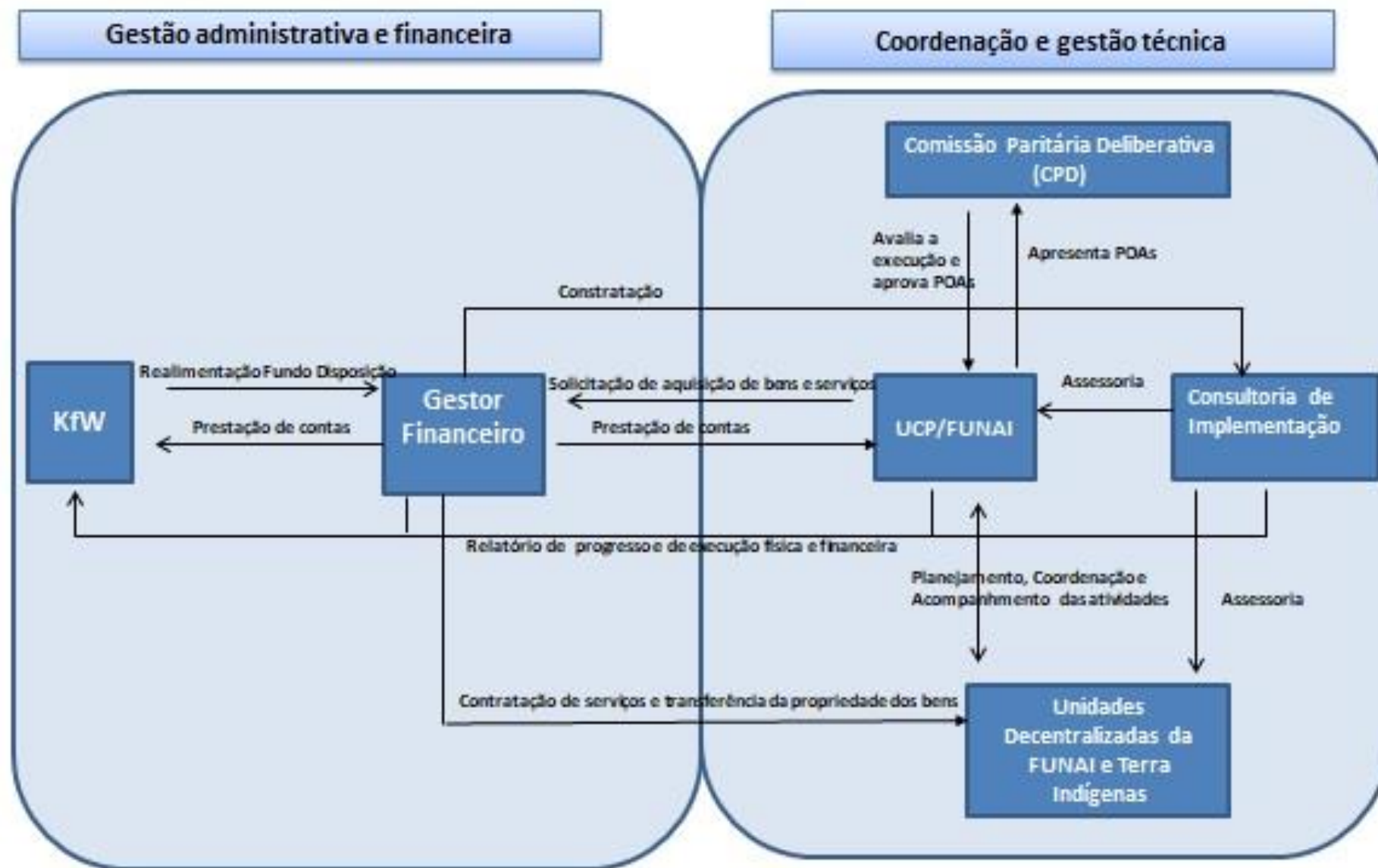


10. Fluxograma do Projeto



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2360550>



Anexo II

Projeto Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas / Número do projeto: 2009 65 616 Matriz Lógica

País
Brasil

Matriz de resultados criado em
29.04.2016

Resumo	Indicadores de êxito ⁴	Fontes de verificação	Pressupostos/Riscos
Objetivo do programa: Contribuição para a proteção e o uso sustentável das Florestas Tropicais brasileiras	<i>Os indicadores de êxito são descritos na parte A</i>	<i>As fontes de verificação são descritas na parte A</i>	<i>Não preencher!</i>
Objetivo do Projeto (Outcome) Aprimorar a proteção e a gestão sustentável de terras indígenas selecionadas na Amazônia	Taxa de desmatamento nas TIs selecionadas Valor base: Taxa de desmatamento histórico por TI Valor objetivo: Por definir até 15 de junho de 2016 Planos de gestão previstos são elaborados Valor base: 0 Valor objetivo: Por definir até o início do Projeto Medidas prioritárias (definidas antes	PRODES (INPE) DETER ou dados de desmatamento da FUNAI Relatórios das unidades descentralizadas	Os povos e as organizações indígenas relevantes participam activamente nas atividades do Projeto Relação produtiva entre a FUNAI e as organizações indígenas Políticas de outros setores governamentais atuam de maneira compatível com os direitos indígenas e a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI)

⁴ A FUNAI apresentou o conceito de uma ferramenta de monitoramento ambiental e de bem-estar de Povos e Terras Indígenas elaborado pelo TNC (The Nature Conservancy) ao KfW. O KfW está avaliando a aplicabilidade deste conceito com respeito a possíveis indicadores de êxito para o Projeto.



Resumo	Indicadores de êxito ⁴	Fontes de verificação	Pressupostos/Riscos
	do começo do Projeto) dentro dos planos de gestão existentes estão implementadas Valor base: 0 Valor objetivo: 100 % das medidas previstas por plano estão implementadas	Relatórios das unidades descentralizadas	A FUNAI mantém suas competências e aumenta as capacidades operacionais
Resultados			
Output 1: As unidades descentralizadas da FUNAI nas áreas selecionadas estão fortalecidas e a base de dados na sede aprimorada	Infraestrutura está construída e em uso Equipamento está adquirido e em uso Funcionários das unidades descentralizadas apoiadas são qualificados para uso e manutenção do equipamento adquirido e atividades de proteção e gestão Valor base: 0 Valor objetivo: Pelo menos 20% dos funcionários de cada unidade descentralizada apoiada	Documentação da FUNAI (p.e. mapas / relatórios) Documentação da FUNAI (p.e. mapas / relatórios) Listas de presenças nos cursos feitos	Processos eficientes de aquisição e licitação Recursos humanos para efetuar atividades de proteção e gestão são disponíveis Dados atuais são disponibilizados à Coordenação Geral de Monitoramento Territorial da Funai A FUNAI fornece os recursos requeridos como parte da sua contrapartida
Output 2: Proteção e gestão sustentável das áreas selecionadas estão fortalecidas	Postos de vigilância estão construídos e em uso (FUNAI / indígenas) Equipamento está adquirido e em uso Número de pessoas qualificadas nas TIs para atividades de vigilância e gestão Valor base: Número de pessoas já qualificadas Valor objetivo: Por definir até 15 de	Fotos e planos do serviço Documentação da FUNAI Listas de presenças nos cursos feitos	



Resumo	Indicadores de êxito ⁴	Fontes de verificação	Pressupostos/Riscos
	junho de 2016 Dados do monitoramento estão disponíveis e avaliados	Documentação da FUNAI	
Output 3: O projeto está gerenciado eficientemente	Licitações são executadas dentro de um período razoável Relatórios de monitoramento e avaliação tanto como os Planos Operativos Anuais de são produzidos conforme acordado no acordo separado	Documentação do PNUD Documentação da FUNAI / do PNUD	
Atividades no Projeto	<i>Não preencher!</i>	<i>Não preencher!</i>	<p>PNUD recebe propostas válidas nas licitações</p> <p>Funcionários da FUNAI a serem capacitados estão disponíveis e existem recursos para o deslocamento e diárias</p> <p>Pessoal dos grupos indígenas a serem capacitados está disponível</p> <p>Capacitados permanecem envolvidos no projeto</p>
<p>Para Output 1:</p> <p>Incremento de infraestrutura de unidades descentralizadas da FUNAI</p> <p>Aquisição de equipamento de monitoramento e fiscalização para FUNAI</p> <p>Capacitação em uso e manutenção do equipamento adquirido</p> <p>Capacitação em proteção e gestão de TIs</p> <p>Inserir e modelar os dados gerados e existentes para desenvolver o banco de dados</p> <p>Para Output 2:</p> <p>Construção dos postos de vigilância</p> <p>Aquisição de equipamento de vigilância</p> <p>Capacitação em uso e manutenção do</p>			



Resumo	Indicadores de êxito ⁴	Fontes de verificação	Pressupostos/Riscos
equipamento adquirido Capacitação em vigilância e gestão de TIs Monitoramento das áreas selecionadas por meio de teledetecção e expedições Elaboração participativa dos planos de gestão Implementação de medidas prioritárias dentro dos planos de gestão elaborados			
Para Output 3: Estabelecimento de unidade para a implementação do projeto na FUNAI Estabelecimento de unidade para a implementação do projeto no PNUD Elaboração dum plano de execução do projeto com as respectivas competências Monitoramento e avaliação da execução do projeto			

Anexo III

Plano de Trabalho e Cronograma da fase preparatória do Projeto

O projeto será implementado em duas fases. A fase preparatória inclui aspectos contratuais (atividades 1) e aspectos de planejamento e monitoramento do Projeto (atividades 2 a 08). A contratação da Consultora de Implementação (CI) (atividade 1) precede as atividades de preparação do Projeto, visto que a CI terá tarefas de assessoria na elaboração dos instrumentos operativos e de planejamento. O Manual Operativo do Projeto (MOP), instrumento básico para orientar a sua implementação, será elaborado pelo IEB em estreita cooperação com a FUNAI e a CI e será submetido à aprovação da FUNAI e do KfW. A **figura 1** apresenta o cronograma da primeira fase do Projeto.

Figura 1: Cronograma da Fase Preparatória - Ano 1



Atividade / Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Aspectos contratuais												
1. Contratar Consultora Internacional de Implementação (CI) com base nas orientações dadas pela FUNAI												
1.1 Elaborar Termos de Referência												
1.2 Convocatória												
1.3 Processo Seletivo												
1.4 Contratação												
Planejamento, Preparação e Monitoramento do Projeto												
2. Elaborar o Plano de Trabalho em acordo com FUNAI / CI												
3. Elaborar o Manual Operativo do Projeto (MOP) com a FUNAI / CI e submeter ao KfW												
4. Elaborar o Manual de Aquisições de Bens e Serviços												
5. Assessorar a UCP na elaboração e implementação dos Planos Operativos Anuais (POA) e dos Planos de Aquisição de Bens e Serviços (PA): no caso o 1º POA e 1º PA												
6. Apresentar Cronograma de execução de atividades à FUNAI / CI e submeter ao KfW												
7. Elaborar e implementar um Sistema de monitoramento técnico, financeiro e contábil , em conjunto com a FUNAI/CI												
08. Elaborar e implementar, em conjunto com a FUNAI/CI, um Sistema de monitoramento do alcance dos objetivos, resultados e impactos do projeto												



O projeto será implementado em duas fases. A fase preparatória inclui aspectos contratuais (atividades 1 a 3) e aspectos de planejamento e monitoramento do Projeto (atividades 4 a 10). A contratação da Consultora de Implementação (CI) (atividade 3) precede as atividades de preparação do Projeto, visto que a CI terá tarefas de assessoria na elaboração dos instrumentos operativos e de planejamento. O Manual Operativo do Projeto (MOP), instrumento básico para orientar a sua implementação, será elaborado pelo IEB em estreita cooperação com a FUNAI e a CI e será submetido à aprovação da FUNAI e do KfW. A **figura 1** apresenta o cronograma da primeira fase do Projeto.

Figura 1: Cronograma da Fase Preparatória - Ano 1

Atividade / Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Aspectos contratuais												
1. Firmar Acordo de Cooperação Técnica com a FUNAI,												
2. Assinar com o KfW o Contrato de Contribuição Financeira e Acordo em Separado assim como o Contrato de Prestação de Serviços de Gestor Financeiro												
3. Contratar Consultora Internacional de Implementação (CI) com base nas orientações dadas pela FUNAI												
3.1 Elaborar Termos de Referência												
3.2 Convocatória												
3.3 Processo Seletivo												
3.4 Contratação												
Planejamento, Preparação e Monitoramento do Projeto												
4. Elaborar o Plano de Trabalho em acordo com FUNAI / CI												
5. Elaborar o Manual Operativo do Projeto (MOP) com a FUNAI / CI e submeter ao KfW												
6. Elaborar o Manual de Aquisições de Bens e Serviços												
7. Assessorar a UCP na elaboração e implementação dos Planos Operativos Anuais (POA) e dos Planos de Aquisição de Bens e Serviços (PA) : no caso o 1º POA e 1º PA												
8. Apresentar Cronograma de execução de atividades à FUNAI / CI e submeter ao KfW												
9. Elaborar e implementar um Sistema de monitoramento técnico, financeiro e contábil , em conjunto com a FUNAI/CI												
10. Elaborar e implementar, em conjunto com a FUNAI/CI, um Sistema de monitoramento do alcance dos objetivos, resultados e impactos do projeto												



COOPERAÇÃO FINANCEIRA ALEMANHA – BRASIL
KFW BANCO DE DESENVOLVIMENTO
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
PRESIDÊNCIA

PROJETO PROTEÇÃO E GESTÃO SUSTENTÁVEL EM TERRAS INDÍGENAS

EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO
PARA
CONTRATAÇÃO DE UM GESTOR FINANCEIRO

JULHO 2017
BRASILIA, DF



1. Introdução

Desde o início dos anos 90, a Proteção e a Promoção das Terras Indígenas (TI) é uma das áreas prioritárias da Cooperação Brasil / Alemanha. Ao decorrer destes anos, a Cooperação Técnica e Financeira alemã tem apoiado vários projetos e programas para a conservação e o uso sustentável das florestas brasileiras, sobretudo no âmbito do PPG7.

Neste contexto, foram implementados o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), que apoiou a FUNAI no reconhecimento e na demarcação de 178 TI da Amazônia com uma superfície total de 38 milhões de km², fomentando e valorizando a participação indígena em todo o processo. Outro projeto do PPG7 apoiado pela cooperação financeira alemã foi o PDPI (Projeto Demonstrativos dos Povos Indígenas), implementado pelo Ministério do Meio Ambiente.

O presente projeto está baseado na “Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas” (PNGATI), decretada em 2012, e visa implementar, em dois complexos geográficos prioritários, a proteção territorial e o uso sustentável de recursos naturais das Terras Indígenas assim como a promoção de iniciativas produtivas indígenas. Estas atividades se referem a eixos temáticos importantes da PNGATI.

2. Aviso de Pré-Qualificação e Contratantes

A FUNAI e o KfW Banco de Desenvolvimento convidam instituições e organizações independentes e qualificadas com pessoa jurídica cadastrada no Brasil (CNPJ) para apresentar sua documentação de pré-qualificação para a prestação de serviços requeridos para a gestão administrativa e financeira do Projeto. O pagamento para estes serviços de Gestor Financeiro será efetuado diretamente pelo Banco Alemão de Desenvolvimento KfW.

A instituição selecionada como Gestor Financeiro firmará um Acordo de Cooperação Técnica com a FUNAI. O Gestor Financeiro será o receptor dos recursos financeiros do Projeto e assinará para tal efeito um Contrato de Contribuição Financeira e um Acordo em Separado com o KfW. A seleção, negociação e contratação das prestações de serviço do Gestor Financeiro serão efetuadas pela FUNAI com base nas “Normas para a Contratação de Serviços de Consultoria na Cooperação Financeira Oficial com Países Parceiros” (vide <https://www.kfw-entwicklungsbank.de/Download-Center/PDF-Dokumente-Richtlinien/Consulting-P.pdf>), na sua versão atualizada em agosto de 2016.

A FUNAI está sendo apoiada neste processo de seleção do Gestor Financeiro por um Tender Agent, o Sr. Michael Schucht (m.schucht@gmx.de).

3. Atribuições, Entidade executora

O Gestor Financeiro será a **Entidade Executora do Projeto** e será encarregada principalmente da gestão financeira e da aquisição de bens e serviços por meio de licitações. A FUNAI estabelecerá uma **Unidade de Coordenação do Projeto** (UCP) que será responsável pelo acompanhamento técnico do Projeto e será o interlocutor do Gestor Financeiro, do KfW e de outros órgãos públicos e da sociedade civil. A UCP será apoiada por uma Consultoria Técnica de Implementação (CI) a ser contratada posteriormente. O Gestor Financeiro não poderá ser contratado para as funções da CI.



4. Descrição do Projeto

Em 2009, durante as negociações intergovernamentais, os governos alemão e brasileiro acordaram um Projeto de Cooperação Financeira com o enfoque na Proteção e Promoção dos Povos Indígenas no Brasil com uma contribuição financeira alemã de 8,0 milhões de Euros e uma contrapartida brasileira por parte da FUNAI no valor equivalente a 0,8 Milhões de EUR totalizando 8,8 Milhões de Euros. O projeto pretende contribuir para a implementação da PNGATI, especialmente no âmbito da proteção territorial e dos recursos naturais, além do uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas em complexos geográficos prioritários.

O objetivo do projeto é a melhoria da proteção e gestão sustentável de Terras Indígenas (TIs) selecionadas na Amazônia por meio do fortalecimento institucional das unidades descentralizadas da FUNAI e do aprimoramento da proteção e gestão sustentável dentro das TIs. O projeto beneficiará as populações indígenas localizadas em 33 TIs no complexo Sul do Amazonas (Estados de AM, RO, MT) e pertencentes às Coordenações Regionais Médio Purus, Madeira e Alto Purús (CR) da FUNAI sediadas em Lábrea (AM), Humaitá (AM) e Rio Branco (AC) respectivamente e à CR Maranhão sediada em Imperatriz. As TIs se situam no chamado "arco de desmatamento" e são particularmente ameaçadas por invasões, desmatamento e incêndios (lista das TI selecionadas ver Anexo 1).

O período de execução do projeto será de 05 (cinco) anos (2018 – 2022).

O Projeto está composto pelos 3 componentes seguintes:

1) Fortalecimento das unidades descentralizadas da FUNAI e da base de dados

Este componente abrange a ampliação ou melhoria da infraestrutura e a aquisição de equipamentos para o monitoramento, vigilância e fiscalização (sobretudo meios de comunicação e transporte). Destinatários deste componente serão as Coordenações Regionais, as Coordenações Técnicas Locais e as Frentes de Proteção Etnoambiental¹ nas áreas selecionadas. Além disso, o Projeto vai apoiar a capacitação dos servidores no uso e na manutenção do equipamento adquirido bem como na proteção e gestão das TIs. Este componente inclui também atividades de aprimoramento da base de dados e do geoprocessamento.

2) Fortalecimento de proteção e gestão sustentável das áreas selecionadas

As atividades previstas neste componente incluem a construção de postos de vigilância e bases de proteção nas TIs selecionadas e a aquisição de equipamentos de vigilância. Além do mais, estão previstos o monitoramento das TI por meio de teledetecção e expedições, no caso das terras de índios isolados. Tanto os indígenas como os funcionários locais da FUNAI vão ser responsáveis por atividades de proteção dependendo das condições locais. O segundo foco desse componente é a elaboração participativa de planos de gestão e a implementação de medidas prioritárias dentro dos planos já elaborados. Ademais, os indígenas serão capacitados em uso e manutenção do equipamento adquirido e na proteção e gestão das TIs.

1 As TIs no complexo Sul do Amazonas são atendidas pelas Coordenações Regionais Madeira, Médio Purus e Alto Purus. O complexo Norte do Maranhão é atendido pela Coordenação Regional do Maranhão. A cada Coordenação Regional estão vinculadas Coordenações Técnicas Locais. As Frentes de Proteção Etnoambiental são unidades responsáveis especificamente pelo trabalho com povos isolados e recém contatados.



3) Gestão eficiente do Projeto

Este componente inclui o estabelecimento de uma Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) subordinada à Presidência da FUNAI. As principais atribuições da UCP incluem o acompanhamento técnico e a coordenação do Projeto a nível local, regional e nacional além de atividades de monitoramento e avaliação. A UCP será apoiada por uma consultoria de implementação ("CI").

5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO GESTOR FINANCEIRO

O Gestor Financeiro será a Entidade Executora do Projeto e terá as atribuições seguintes sob a supervisão da FUNAI e da assessoria da CI²:

- a) Firmar Acordo de Cooperação Técnica com a FUNAI,
- b) Assinar o Contrato de Contribuição Financeira e o Acordo em Separado com o KfW ,
- c) Contratação da Consultoria Técnica de Implementação (CI),
- d) Elaborar e acordar com a FUNAI e a CI um Plano de Trabalho para a execução do Projeto
- e) Implementar um sistema adequado de monitoramento técnico e financeiro a ser compartilhado com a FUNAI e CI em consonância com o Plano Operativo Anual (POA) elaborado para todo o Projeto,
- f) Realizar toda a gestão financeira do Projeto,
- g) Manter um sistema de informações gerenciais e contábeis, disponibilizando-o, em caráter irrestrito, à FUNAI e ao KfW,
- h) Realizar todas as aquisições com base no Plano de Aquisição de bens e serviços (PA) elaborado pela UCP e conforme as Normas para a contratação de bens, obras e serviços relacionados na Cooperação Financeira Oficial da Alemanha com países parceiros <https://www.kfw-entwicklungsbank.de/Download-Center/PDF-Dokumente-Richtlinien/Vergabe-P.pdf>
- i) Efetuar os pagamentos do Projeto conforme as regras da cooperação financeira alemã https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-Dokumente-Richtlinien/Mittelauszahlungen_POR.pdf,
- j) Assessorar os integrantes da UCP na especificação de bens e serviços previstos no PA
- k) Elaborar o Manual Operativo do Projeto (MOP) em estreita coordenação com a FUNAI e a CI e com base nas diretrizes da Cooperação Financeira alemã,
- l) Preparar e realizar os processos licitatórios, exceto a preparação de termos de referência que serão elaborados pela FUNAI e CI,
- m) Assinar todos os contratos de consultoria, aquisição de bens ou serviços no âmbito do projeto conforme o PA,
- n) Elaborar e encaminhar ao KfW as prestações de contas do Projeto e as solicitações de liberação de recursos para o Fundo de Disposição, após aprovação técnica da CI e anuência pela UCP
- o) Mandar realizar uma auditoria anual por um auditor independente e internacionalmente qualificado
- p) Elaborar e encaminhar ao KfW e a UCP os Relatórios de Progresso, Demonstrativos Financeiros Anuais Auditados e demais documentos do Projeto,
- q) Participar das reuniões semestrais da Comissão Paritária Deliberativa (CPD)
- r) Manter um representante/representação local em Lábrea (AM) (de tempo integral ou parcial) para facilitar as aquisições de bens e serviços no complexo Sul do Amazonas

² Observação: As tarefas do Gestor Financeiro abaixo elencadas são por enquanto indicativas e podem ser modificadas no âmbito da 2a etapa da concorrência



Para cumprir as suas tarefas, o Gestor Financeiro estabelecerá dentro da sua organização uma Equipe de Gestão do Projeto que será composta por uma equipe mínima de 3 profissionais, sendo um gerente e coordenador financeiro (tempo integral ou parcial), um assessor financeiro e um especialista em licitação e aquisições. Além do mais, o Gestor Financeiro contratará o apoio de um representante/representação em Lábrea (AM) para facilitar as aquisições durante a execução do projeto. A Equipe de Gestão Financeira ficará em comunicação direta e contínua com a UCP da FUNAI. Para esta finalidade, o sistema de monitoramento técnico e financeiro do Projeto será uma ferramenta importante. Os profissionais devem ter experiência com projetos da Cooperação Internacional e dispor, de preferência, de ampla experiência com Projetos em Terras Indígenas, no setor florestal e na gestão e uso sustentável de florestas. Serviços eficientes de gestão e *backstopping*³ devem ser disponibilizados. Para garantir que os profissionais possam ser substituídos caso que um membro por algum motivo tem que se afastar, a instituição deve ter suficientemente funcionários ou consultores externos com vínculo à instituição assim como *backstoppers* disponíveis durante toda a duração do contrato. A prestação de serviços do Gestor Financeiro está prevista por 60 meses.

6. FINANCIAMENTO DAS AQUISIÇÕES E DOS SERVIÇOS DO GESTOR FINANCEIRO

Para efetuar os pagamentos do projeto haverá um Fundo de Disposição que será gerido com base em 2 contas especiais (em EURO e Reais) nas quais um saldo suficiente será mantido para cobrir a previsão dos gastos do Projeto. O Gestor Financeiro do projeto é o responsável pela abertura e gestão das duas contas especiais e receberá um “management-fee” sobre o fluxo dos recursos financeiros executados no âmbito do projeto.

7. ENVIO DA MANIFESTAÇÃO, PRAZOS E DEMAIS CONDIÇÕES

A data limite para a entrega das manifestações de interesse será o dia 25.8.2017 às 14:00 horas (horário de Brasília).

Os documentos a serem redigidos em língua portuguesa devem ser enviados ou por correio simples, por SEDEX ou por serviço de entrega expressa, ou entregues pessoalmente. Adicionalmente, após a abertura dos documentos físicos, o agente de licitação informará um endereço eletrônico para onde a documentação deverá ser enviada de forma eletrônica (formato PDF). Porém, apenas a entrega física dos documentos será considerada válida para participar do processo licitatório.

Deverá ser entregue a documentação física em um (1) original com duas (2) cópias no seguinte endereço:

Fundação Nacional do Índio
Presidência
Setor Bancário Sul Q. 2 - Asa Sul
Brasília - DF,
CEP 70070-120
Telefone:(61) 3247-6008

³ Serviços de apoio por funcionários e gestores da instituição com ampla experiência nos serviços requeridos



Adicionalmente, até a mesma data acima devem ser entregues 02 (duas) cópias dos documentos no KfW no seguinte endereço:

KfW Banco de Desenvolvimento
SCN Q.1 Ed. Brasília Trade Center
Sala 1706
70711-902 Brasília, D.F.
Brasil

Para fins da entrega pontual dos documentos se considerará somente a data e hora da entrega física na sede da FUNAI no endereço supramencionado.

Todos os custos de elaboração da proposta, (receber informações, organização de dados, preparação e entrega de documentos), para a pré-qualificação como para a proposta subsequente, inclusive possíveis visitas em campo, devem ser cobertos pelo proponente.

Em qualquer momento, a FUNAI, por iniciativa própria ou em resposta a esclarecimentos solicitados por escrito por um proponente, poderá prestar as devidas informações, que serão enviadas por escrito, via fax ou e-mail para todos os proponentes que informarão a FUNAI sobre sua participação. A informação sobre a participação da pre-qualificação, como também solicitações de informação sobre o edital deverão ser enviadas à FUNAI (email: selecao.kfw@funai.gov.br com cópia para o Tender Agent (m.schucht@gmx.de).

A FUNAI divulgará uma Lista Curta de no máximo cinco instituições, em até quatro semanas após a data limite de entrega dos documentos de pré-qualificação. A carta convite para a participação na segunda etapa do processo licitatório (concorrência) será enviada em seguida para os proponentes pré-qualificados.

8. DOCUMENTOS A APRESENTAR

O documento de pré-qualificação deve ser redigido em língua portuguesa, inclusive curriculum vitae (versão curta). Documentos adicionais (balanço, demonstrativo de lucros e perdas) podem ser redigidos em inglês. O documento deve ter a seguinte estrutura:

- (1) **Folha de Rosto**, contendo nome da instituição, endereço, pessoa de contato, número de telefone, fax e endereço eletrônico;
- (2) **Apresentação da instituição (max. 10 páginas)**, seu setor de atuação, comprovante de razão social, demonstrando experiências em projetos similares, resumindo de forma sucinta a experiência e qualificação da instituição para a gestão administrativa e financeira de projetos nos setores de gestão florestal e proteção de Terra Indígenas, assim como experiências com parcerias internacionais e na região da Amazônia;
- (3) **Declaração de compromisso da instituição em apresentar uma proposta** no caso de ter sido incluída na lista curta;
- (4) **Declaração sobre afiliações** ou participações em outras instituições que de alguma forma poderão representar um conflito de interesse na prestação dos serviços de consultoria;
- (5) **Apresentação da declaração de compromisso** do proponente, assinada de forma juridicamente válida em conformidade com o modelo anexado (Anexo 2); os proponentes deverão estar cientes que qualquer ação fraudulenta ou corrupta os



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2360550>

excluirá da participação do processo de seleção e será sujeita às penalidades legais cabíveis.

- (6) **Declaração da capacidade de gestão financeira** da instituição proponente, demonstrando a gestão de projetos com um orçamento total executado de no mínimo 8 milhões de Reais ao ano na média dos últimos 3 anos, em formato de uma planilha mostrando os recursos executados em cada ano e comprovação por meio de documentos oficiais ou Relatórios de auditoria (ver item seguinte);
- (7) **Relatórios de auditoria** da instituição proponente feitos por auditores externos, independentes e nacionalmente qualificados (últimos três exercícios) contendo balanços, demonstrativos de contas de lucros e perdas, declaração de faturamento ou declaração de impostos dos últimos três anos (2014 a 2016). O proponente deve obedecer às Normas Internacionais de Contabilidade.
- (8) **Lista de projetos de referência** (ver Anexo 3) relevantes dos últimos 5 (cinco) anos, estritamente relacionados com os serviços requisitados (máximo de 15 referências). As referências servem para a comprovação da qualificação específica requisitada para os serviços licitados referente a:
 - Experiência com projetos similares (gestão administrativa e financeira para projetos de proteção de Terras Indígenas e/ou gestão e uso sustentável de florestas incluindo aquisições e serviços de tecnologia de informação, outros equipamentos e infraestrutura e prestação de serviços respectivos, p.ex. consultoria, treinamento, capacitação);
 - Experiência em gestão de projetos financiados por instituições financeiras / doadores internacionais em parceria com entidades do setor público;
 - Experiência regional com projetos na Amazônia legal
- (9) **Breve descrição das competências de Gestor Financeiro e lista dos profissionais disponíveis** (ver Anexo 4) para os serviços solicitados, com informação sobre a formação acadêmica e/ou profissional, experiência profissional, vínculo com a instituição, cargo/ função atual, experiência relacionada ao Projeto e outra especialização relevante ao projeto (p.ex. trabalho com Povos Indígenas, gestão florestal etc., vide Anexo 4, Tabela 1). Esta lista, no formato das Tabela 1, deve permitir uma avaliação aprofundada da capacidade geral da instituição de providenciar os profissionais com a experiência, no caso da futura entrega de uma oferta. Consultores externos, em princípio, podem ser mencionados. Porém, para fins de comparação, terá maior pontuação a instituição que apresentar pessoal do quadro próprio ou pessoal que tenha uma cooperação de longa duração com a mesma.

A documentação de pré-qualificação, deve ser redigida em forma sucinta, seguindo a estrutura proposta. Grandes volumes e inespecificidade nos documentos implicam na subtração de pontos (ver critério de avaliação 2.3.).

9. Avaliação dos Documentos

O processo de avaliação segue a última versão das “Normas para a Contratação de Serviços de Consultoria na Cooperação Financeira Oficial com Países Parceiros” de agosto 2016 (vide <https://www.kfw-entwicklungsbank.de/Download-Center/PDF-Dokumente-Richtlinien/Consulting-P.pdf>).

Somente se incluem na pré-qualificação aquelas concorrentes cuja capacidade de gestão financeira seja considerada adequada e que cumpram com todas as condições estipuladas.

Os Critérios de avaliação e suas ponderações individuais se encontram na seguinte tabela:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2360550>

Critérios		Pontuação ⁴
1.	Experiência geral da instituição dos últimos 5 anos	40
1.1	Experiência geral com projetos similares (p.ex. proteção de Terras Indígenas, gestão e uso sustentável de florestas, outros) Ver Anexo 3	até 5 pontos por projeto, máximo de 15 projetos TI: max. 5 pontos projetos GF: max. 3 pontos
1.2	Experiência com projetos financiados por instituições financeiras / doadores internacionais em parceria com entidades do setor público Ver Anexo 3	até 5 pontos por projeto, máximo de 20
1.3	Experiência regional com projetos na Amazônia legal Ver Anexo 3	até 2 pontos por projeto, máximo de 5
2.	Qualificação específica ao projeto (qualificação do pessoal disponível e forma de apresentação da proposta)	60
2.1	Avaliação da experiência específica da instituição como Gestor Financeiro referente à gestão administrativa e financeira de projetos incluindo a aquisição de infraestrutura, equipamentos, bens e serviços de tecnologia de informação e a prestação de serviços respectivos, p.ex. consultoria, treinamento, capacitação (Ver instrução do Anexo 4)	até 7 pontos por projeto, máximo de 35
2.2	Avaliação do pessoal próprio da instituição disponível para as tarefas específicas do projeto (gestão financeira e administrativa, licitações, assuntos indígenas) (ver Anexo 4, tabela 1)	até 3 pontos por funcionário, máximo de 20 pontos
2.3	Forma e conteúdo dos documentos da proposta e sua relevância para o projeto	apresentação de todos os quesitos/ documentos solicitados- máximo de 5 pontos
Total		100

⁴ Referente aos critérios 1.1.-1.3. e 2.1, a pontuação por projeto depende do montante dos recursos executados e do tipo das medidas financiadas



Para detalhes, vide a explicação dos critérios” de agosto 2016 (vide <https://www.kfw-entwicklungsbank.de/Download-Center/PDF-Dokumente-Richtlinien/Consulting-P.pdf>)

Depois de ter completada a avaliação da documentação de pré-qualificação, uma lista curta com no máximo 5 instituições será estabelecida. Serão as instituições com a maior pontuação, e, com no mínimo 70 pontos. As instituições pré-qualificadas serão convidadas para entregar as suas propostas técnicas e financeiras; as instituições não pré-qualificadas serão informadas a respeito.

A FUNAI poderá interromper o processo licitatório a qualquer momento.

A preparação e a entrega dos documentos de pré-qualificação são responsabilidade da instituição proponente; falhas ou omissões não serão relevadas.

Depois da abertura dos documentos de pré-qualificação e até a elaboração da lista curta das instituições pré-qualificadas, nenhum tipo de comunicação deve ocorrer por iniciativa das concorrentes, a não ser as que forem de iniciativa da FUNAI.



Áreas de intervenção do Projeto

Sul do Amazonas			
TI	Etnia	Município	UF
TI Acimã	Apurinã	Lábrea	AM
TI Água Preta / Inari	Apurinã	Pauini	AM
TI Alto Sepatini	Miranha	Lábrea	AM
TI Apurinã do Km 24 BR 317	Apurinã	Boca do Acre / Lábrea	AM
TI Boca do Acre	Apurinã	Boca do Acre / Lábrea	AM
TI Caititu	Apurinã	Lábrea	AM
TI Camicuã	Apurinã	Boca do Acre	AM
TI Deni	Deni	Itamarati, Lábrea, Pauini, Tapauá	AM
TI Diahui	Diahui	Humaitá	AM
TI Igarapé Capanã	Jamamadi	Boca do Acre, Pauini	AM
TI Inauini / Teuini	Jamamadi	Boca do Acre, Pauini	AM
TI Ipixuna	Parintintin	Humaitá	AM
TI Jacareúba / Katawixi	Índios Isolados	Canutama, Lábrea	AM
TI Kawahiva do Rio Pardo	Índios Isolados	Colniza	MT
TI Kaxarari	Kaxarari	Lábrea, Porto Velho	RO
TI Nove de Janeiro	Parintintin	Humaitá	AM
TI Paumari do Lago Marahã	Apurinã, Paumari	Lábrea	AM
TI Peneri / Tacaquiri	Apurinã	Pauini	AM
TI Pirahã	Mura, Pirahã	Humaitá	AM
TI Piripikura	Índios Isolados	Colniza, Rondolândia	MT
TI São Pedro do Sepatini	Apurinã	Lábrea	AM
TI Sepoti	Tenharin	Humaitá, Manicoré	AM
TI Seruini / Mariene	Apurinã	Lábrea, Pauini	AM
TI Tenharim do Igarapé Preto	Tenharin	Novo Aripuanã	AM
TI Tenharim Marmelos	Tenharin	Humaitá, Manicoré	AM
TI Tenharim Marmelos (Gleba B)	Tenharin	Humaitá, Manicoré	AM
TI Torá	Apurinã, Torá	Humaitá, Manicoré	AM
TI Tumiã	Apurinã	Lábrea	AM
Norte do Maranhão			
TI	Etnia	Município	UF
TI Alto Rio Guamã	Guajá, Ka'apor, Tembê	Esperança do Piriá, Paragominas, Santa Luzia do Pará	PA
TI Alto Turiacu	Guajá, Ka'apor, Tembê	Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Maranhãozinho, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca	MA
TI Araribóia	Guajá, Guajajara	Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Grajaú, Santa Luzia	MA
TI Awá	Guajá	Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Carú, Zé Doca	MA
TI Caru	Guajá, Guajajara	Bom Jardim	MA



Declaração de Compromisso

Sublinhamos a importância de um processo licitatório livre, justo e baseado na competição, e que exclua abusos. Neste sentido, até o presente a nossa empresa não aceitou nem ofereceu nem concedeu a nenhum funcionário público nem a outras pessoas, direta ou indiretamente, nenhuma vantagem inadmissível em relação com a proposta por ela apresentada, nem vai oferecer ou conceder ou aceitar tais vantagens ou condições no processo licitatório atual nem na subsequente execução do contrato caso este lhe seja adjudicado. Afirmamos, ainda, que não existe qualquer conflito de interesses da natureza descrita nas Normas⁵ pertinentes.

Sublinhamos, também, a importância de respeitar as normas ambientais e sociais na execução do projeto. Nossa empresa compromete-se a respeitar o direito do trabalho aplicável e as normas fundamentais de trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) bem como os padrões nacionais e internacionais aplicáveis na área da protecção do meio ambiente e da saúde e segurança no trabalho.

Informaremos os nossos funcionários e funcionárias sobre as suas responsabilidades a este respeito e suas obrigações de cumprir o presente Compromisso e de cumprir as leis do Brasil.

Outrossim, afirmamos que nossa empresa/todos os membros do consórcio não consta/constam nem na lista de sanções das Nações Unidas nem da EU nem do governo federal alemão, nem em outra lista de sanções, e asseveramos que nossa empresa/todos os membros do consórcio comunicará/comunicarão tal fato à contratante e ao KfW sem demora caso ele aconteça em um momento posterior.

Reconhecemos que no caso de adição de nossa empresa (ou de adição de um membro do consórcio) a uma lista de sanções juridicamente vinculatória para a contratante e/ou o KfW, a Contratante terá o direito de excluir nossa empresa/o consórcio do procedimento licitatório e, no caso de contratação, terá o direito de rescindir o contrato imediatamente caso as afirmações feitas na Declaração de Compromisso tenham sido objetivamente falsas ou a razão para a exclusão ocorra em um momento posterior à emissão da Declaração de Compromisso.

.....
(Lugar)	(Data)	(Nome da empresa)
	
		(Assinatura(s))

⁵ Ver as " Normas para a Contratação de Serviços de Consultoria na Cooperação Financeira Oficial com Países Parceiros " e as "Normas para a contratação de bens, obras e serviços relacionados na Cooperação Financeira Oficial com Países Parceiros "



Anexo 3: Experiência geral da Instituição - Lista de Projetos

Por favor, completar uma tabela utilizando o formato embaixo para resumir os mais relevantes projetos, relacionados ao Programa proposto, que foram executados nos últimos 5 anos pela instituição proponente. A quantidade de referências não deve superar os 15 na candidatura toda.

Ref (maximum 15)	Título do Projeto				
Nome e país da instituição financeira / doador	Região de atuação do Projeto no Brasil	Volume do Projeto executado (milhões de Reais)	Área temática do projeto (p.e.x. gestão florestal, Proteção de Terras Indígenas, outros..)	Nome e país de instituições parceiras na execução do projeto (caso se aplique)	Datas (início/ final)
...
Descrição sucinta do Projeto			Tipo de serviço prestado		
...			...		



Anexo 4: Competências específicas

Breve descrição das competências/conhecimentos da instituição como Gestor Financeiro

O proponente deverá relatar de forma sucinta, as suas competências e experiências **específicas** a respeito de gestão administrativa e financeira de grandes projetos abrangendo a licitação e aquisição de infraestrutura, equipamentos, bens e serviços de tecnologia de informação e a licitação e contratação de prestação de serviços respectivos, p.ex. consultoria, treinamento, capacitação. Para este efeito, ele deve descrever projetos executados em que ele atuou como Gestor Financeiro no passado acrescentando uma breve descrição das qualificações do pessoal próprio empregado nesses projetos e ainda disponível (pode-se referir às pessoas elencadas na tabela seguinte)⁶.

Tabela 1: Pessoal próprio da instituição disponível para as tarefas específicas do projeto (gestão financeira e administrativa, licitações, assuntos indígenas)

Nº	Nome da pessoa	Idade	formação acadêmica e/ou profissional	Experiência profissional (anos)	Empregado ou vinculado à instituição (anos)	Cargo/ Função atual	Referências / Experiência relacionada ao Projeto, experiência em projetos semelhantes (meses/anos por projeto)	Outra especialização relevante ao projeto (p.ex. trabalho com Povos Indígenas, gestão florestal etc.)

⁶ Profissionais independentes sem contrato de emprego fixo mas com histórico de vários anos de colaboração com a consultoria poderão ser considerados pessoal próprio se este histórico de colaboração for comprovado claramente.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2360550>